



DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIAL
UFPB – LIMPEZA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA
PARAIBA – PREFEITURA
UNIVERSITARIA – CAMPI II E
III DA UFPB (AREIA E
BANANEIRA)**

Abertura: 16-08-2018

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP. 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04

MISSÃO: Ser referência em serviços de terceirização, com ênfase nas atividades de limpeza, higienização e conservação predial, capaz de satisfazer a necessidade dos clientes por meio de serviços e produtos qualificados e com preços competitivos.

CLAREAR

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MÃO DE OBRA LTDA-ME

CNPJ: 02.567.270/0001-04

ADITIVO Nº 06

JONAS ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Sousa Pinto, 1111, Bairro - Tirol - CEP: 59.022-260 - Natal/RN - Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53 e **ROSINEIDE LOPES DA SILVA**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 17/02/1958, residente e domiciliada na Avenida Ayrton Senna, 3081, Bairro - Neópolis - CEP: 59.088-100 - Natal/RN - Portador da Cédula de Identidade nº 343.360 - SSP/RN, CPF: 231.015.394-04. Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MÃO DE OBRA LTDA-ME**, sediada na Avenida dos xavantes, 1765, loja 4, Centro Comercial Ester Lamas, Pitimbu - CEP: 59.067-600 - Natal/RN, inscrita no CNPJ Nº 02.567.270/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o NIRE 2420029037-1 datado em 04/06/1998, resolvem de perfeito e comum acordo alterar o contrato social e aditivos conforme cláusulas abaixo:

Cláusula Primeira

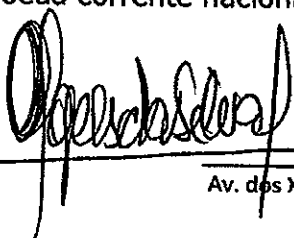
Fica neste ato alterado o endereço da sede da Avenida dos xavantes, 1765 - Loja 04 - Pitimbu - CEP: 59.067-600 - Natal/RN, para Avenida Prudente de Moraes, 5220 - Lagoa Nova - Nata/RN - CEP: 59056-200

Cláusula Segunda

Neste ato, retira-se da sociedade a sócia: **ROSINEIDE LOPES DA SILVA**, acima qualificado, possuidor de 2.000 (Duas Mil) quotas, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois mil) reais, cedendo e transferindo a totalidade de suas quotas do capital social para o sócio **JONAS ALVES DA SILVA**, o qual declara haver recebido todos os seus direitos e haveres perante a sociedade nada mais tendo a reclamar, seja a que título ou tempo for, dando-lhe plena, geral, rasa e irrevogável quitação.

Cláusula Terceira

Em razão da alteração havida, o capital social, que permanece inalterado no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (Cinquenta Mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, passa para o sócio na seguinte proporção:



Av. dos Xavantes, 1765 - Loja 04 - Pitimbu - Cep: 59067-600 - Natal/RN
FONE: (84) 2010-0032 - CNPJ: 02.567.270/0001-04



CLAREAR

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Sócio	Quotas	Valor
JONAS ALVES DA SILVA	50.000	R\$: 50.000,00
Total	50.000	R\$: 50.000,00

Parágrafo Único - Nos termos do artigo 1033, IV, da lei 10.406/02, a sociedade permanecerá unipessoal, devendo recompor seu quadro societário no prazo Máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob a pena de dissolução.

Cláusula Quarta

Ratificam-se em todos os seus termos, as demais cláusulas e condições do seu contrato social e aditivos, não expressamente modificados pelo presente instrumento particulares, o qual ficará fazendo parte integrante daquele documento arquivado na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Norte.

Cláusula Quinta

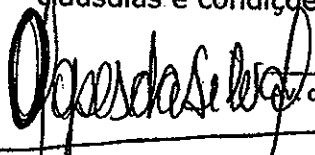
Os sócios decidem neste ato consolidar todos os seus instrumentos em um só Contrato Social, que de ora em diante regerá a sociedade e passa a ter a seguinte especificação:

CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA-ME

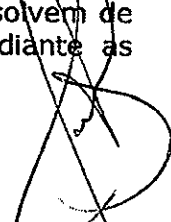
CNPJ: 02.567.270/0001-04

CONTRATO CONSOLIDADO

JONAS ALVES DA SILVA, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Sousa Pinto, 1111, Bairro - Tirol - CEP: 59.022-260 - Natal/RN - Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53 e **ROSINEIDE LOPES DA SILVA**, brasileira, solteira, empresária, nascida em 17/02/1958, residente e domiciliada na Avenida Ayrton Senna, 3081, Bairro - Neópolis - CEP: 59.088-100 - Natal/RN - Portador da Cédula de Identidade nº 343.360- SSP/RN, CPF: 231.015.394-04. Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada **CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA-ME**, sediada na Prudente de Moraes, 5220, Lagoa Nova - CEP: 59056-200 Natal/RN, inscrita no CNPJ Nº 02.567.270/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o NIRE 2420029037-1 datado em 04/06/1998, resolvem de perfeito e comum acordo, consolidar o contrato social, que fazem mediante as cláusulas e condições seguintes:



Av. dos Xavantes, 1765 - Loja 04 - Pitimbu - Cep: 59067-600 - Natal/RN
FONE: (84) 2010-0032 - CNPJ: 02.567.270/0001-04



CLAREAR

LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Cláusula Primeira

A sede gira sob a denominação de **CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA-ME**, sediada na Avenida Prudente de Moraes, 5220 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP: 59056-200.

Cláusula Segunda:

A sociedade terá como objetivos sociais às seguintes atividades:

- 7820-5/00 Locação de mão de obra temporária.
- 8011-1/01 Atividades de vigilância desarmada e segurança privada.
- 8020-0/00 Atividades de monitoramento de sistema de segurança.
- 95.11-8/00 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.
- 41.20-4/00 Construção de edifícios;
- 38.11-4/00 Coleta de resíduos não-perigosos;
- 81.21-4/00 Limpeza em prédios e em domicílios;
- 43.99-1/03 Obras de alvenaria;
- 43.11-8/01 Demolição de edifícios e estruturas;
- 43.11-8/02 Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
- 01.61-0/02 Serviços de poda de árvores para lavouras;
- 81.30-3/00 Atividades paisagísticas ;
- 43.30-4/04 Serviços de pinturas de edifícios;
- 47.51-2/00 Comércio varejista especializado de equipamentos de informática;
- 47.89-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;
- 47.12-1/00 Comércio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.

Cláusula Terceira

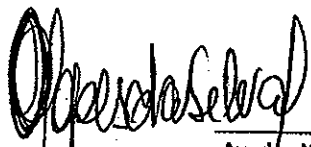
O Capital Social é de R\$ 50.000,00 (Cinqüenta mil reais), dividindo em 50.000 (Cinqüenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real), cada uma, subscrita e integralizada em moeda corrente do país, neste ato pelo sócio, a saber:

JONAS ALVES DA SILVA, Sua participação conforme Capital Social, 50.000 (Cinqüenta mil) quotas no valor de.....R\$ **50.000,00**

TOTAL DO CAPITAL SOCIAL..... R\$ 50.000,00

Parágrafo 1º: O Capital Social é subscrito e integralizado em moeda corrente do país.

Parágrafo 2º: Nos termos do Art. 1.052 do código Civil (Lei n.º 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas.



CL★REAR

LOCACÃO DE MÃO DE OBRA

Cláusula Quarta.

O prazo de duração da sociedade será por **Tempo Indeterminado**.

Cláusula Quinta.

A administração e uso do nome empresarial da sociedade caberão ao Sócio, **JONAS ALVES DA SILVA** com poderes e atribuições de sócio administrador de forma isolada e ao sócio caberá a responsabilidade, representação ativa e passiva da sociedade judicial e extrajudicial, sempre no interesse da sociedade, ficando vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais.

Cláusula Sexta.

Pelo exercício da administração, o administrador terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore.

Cláusula Sétima.

Fica estabelecido que a sociedade não tenha conselho fiscal.

Cláusula Oitava.

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

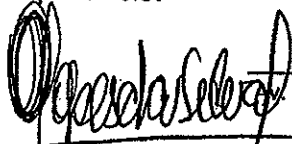
Parágrafo Único: Os lucros ou prejuízos apurados serão distribuídos ou suportados pelos sócios na proporção de sua participação no capital social.

Cláusula Nona.

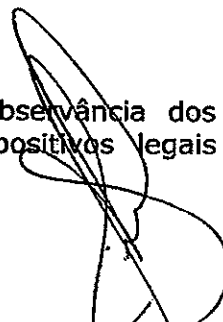
As quotas que representam o Capital da empresa, não poderão ser cedidas nem transferidas para terceiros, sem o expresse consentimento do outro sócio e serão regidas pelas disposições do código civil (Lei nº 10.406/2002), aplicáveis à matéria, tanto a retirada de sócio, quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

Cláusula Décima

Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do código civil (Lei nº 10.460/2002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.



Av. dos Xavantes, 1765 – Loja 04 – Pitimbu – Cep: 59067-600 – Natal/RN
FONE: (84) 2010-0032 - CNPJ: 02.567.270/0001-04



CLAREAR

LOCACÃO DE MÃO DE OBRA

Cláusula Décima Primeira.

A sociedade poderá a qualquer tempo criar filiais ou sucursais em qualquer ponto do território nacional obedecendo às disposições legais vigentes.

Cláusula Décima Segunda.

Fica eleito o foro da comarca da cidade de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para qualquer ação fundada neste contrato, com exclusão Expressa de qualquer outro, por mais privilégio que seja.

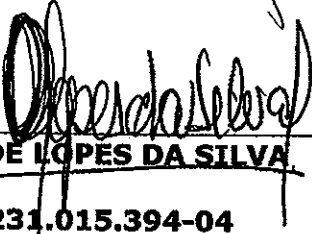
Cláusula Décima Terceira.

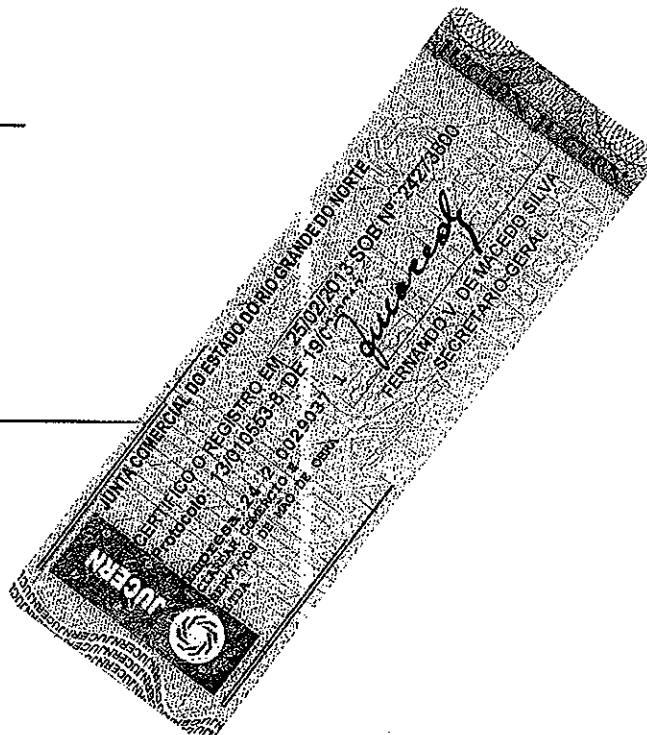
O administrador, já qualificada, declara sob as penas da lei, que não está impedido de exercer a administração de sociedade, nem por decorrência de lei especial nem em virtude de condenação nas hipóteses mencionadas no Art. 1.011, § 1º do código civil (Lei nº 10.406/2002).

E por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento em 04 (quatro) vias de igual forma e teor.

Natal / RN, 14 de janeiro de 2013.


JONAS ALVES DA SILVA
Sócio - Administrador
CPF/MF: 938.755.334-53


ROSINEIDE LOPES DA SILVA
Sócia
CPF/MF: 231.015.394-04



**Transformação de Sociedade Limitada para Empresa Individual de
Responsabilidade Limitada – EIRELI**

ALTERAÇÃO CONTRATUAL N.º 07

CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA – ME

Pelo presente instrumento, o Sr. **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Paraguaçu nº 114, Gramoré Bairro – Lagoa Azul – CEP: 59.135-660 - Natal/RN – Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53, Na condição de único sócio da empresa **CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA-ME**, sediada na Avenida Prudente de Moraes, 5220, Lagoa Nova, CEP: 59.056-200 - Natal/RN, Inscrita no CNPJ N.º 02.567.270/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o NIRE 2420029037-1 datado em 04/06/1998, resolve:

Cláusula 1ª – Fica transformada esta Sociedade Limitada em Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, passando a denominação social a ser **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA – EIRELI-ME**, com sub-rogação de todos os direitos e obrigações pertinentes.

Cláusula 2ª – O acervo desta sociedade, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), passa a constituir o capital da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

Para tanto, firma em ato contínuo, Ato constitutivo de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada.

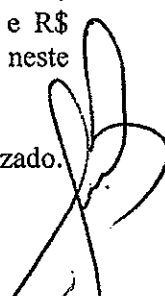
**ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA POR TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE LIMITADA**

1. Pelo presente instrumento, o Sr. **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Paraguaçu nº 114, Gramoré Bairro – Lagoa Azul – CEP: 59.135-660 - Natal/RN – Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53. Firma neste ato a solicitação de sua inscrição como empresário individual de responsabilidade Ltda EIRELI em decorrência da transformação da sociedade, o que faz em conformidade com as cláusulas e condições seguintes;

Cláusula 1ª - A empresa girará sob o nome empresarial. **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA – EIRELI-ME** e terá sede e domicílio na Avenida Prudente de Moraes, 5220, Lagoa Nova, CEP: 59.056-200 - Natal/RN.

Cláusula 2ª - Do Capital Social. O capital da empresa será de R\$ 72.400,00 (Setenta e Dois Mil e Quatrocentos Reais) totalmente integralizado da seguinte forma: R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais) com o acervo da sociedade ora transformada e R\$ 22.400,00 (Vinte e Dois Mil e Quatrocentos Reais) em moeda corrente do país neste ato, sob a titularidade do empresário. **JONAS ALVES DA SILVA**.

Cláusula 3ª – A responsabilidade do titular é limitada ao total do capital integralizado.



Cláusula 4ª O objeto será:

7820-5/00 Locação de mão de obra temporária.
8011-1/01 Atividades de vigilância desarmada e segurança privada;
8020-0/00 Atividades de monitoramento de sistema de segurança;
95.11-8/00 Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos.
41.20-4/00 Construção de edifícios;
38.11-4/00 Coleta de resíduos não-perigosos;
81.21-4/00 Limpeza em prédios e em domicílios;
43.99-1/03 Obras de alvenaria;
43.11-8/01 Demolição de edifícios e estruturas;
43.11-8/02 Preparação de canteiro e limpeza de terreno;
01.61-0/02 Serviços de poda de árvores para lavouras;
81.30-3/00 Atividades paisagísticas ;
43.30-4/04 Serviços de pinturas de edifícios;
45.30-7/01 Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores;
47.51-2/01 Comércio varejista especializado de equipamentos de informática;
47.89-0/05 Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;
47.12-1/00 Comércio varejista de mercadorias, com predominância de produtos alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns.

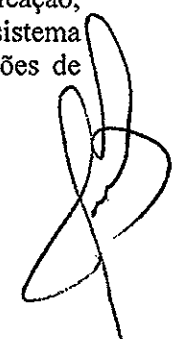
Cláusula 5ª Início de Atividades - A sociedade iniciou suas atividades em 02/06/1998 e prosseguirá transformada em EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA EIRELI a partir da data de deferimento deste instrumento pela Junta Comercial e seu prazo de duração será por tempo indeterminado

Cláusula 6ª A administração da empresa será exercida por seu titular, JONAS ALVES DA SILVA com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial, bem como dar quitação a valores e títulos em juízo ou fora dele, e por todos os atos de total interesse social, sendo-lhe vetado o uso da firma em abonos, avais, endossos de valor a terceiros, que não sejam de total interesse social.

Cláusula 7ª O exercício social coincidirá com o ano civil, vencendo-se em 31 de dezembro de cada ano quando será elaborado inventário, balanço patrimonial e balanço de resultado econômico, cabendo ao titular os lucros ou perdas apurados.

Cláusula 8ª Declaro que não possuo nenhuma outra empresa dessa modalidade registrada.

Cláusula 9ª O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (art. 1.011, § 1º, CC/2002)



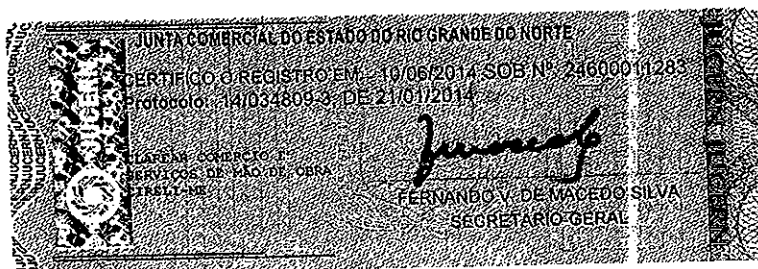
Pela exatidão daquilo acima estipulado, o titular assina o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual forma teor e consistência.

Natal/RN, 28 de fevereiro de 2014


JONAS ALVES DA SILVA

CPF nº 938755.334-53

Titular



CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA – EIRELI-ME

CNPJ: 02.567.270/0001-04

ADITIVO 01

Pelo presente instrumento, o Sr. **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Paraguaçu nº 114, Gramoré Bairro – Lagoa Azul – CEP: 59.135-660 - Natal/RN – Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53, único sócio da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME**, sediada na Avenida Prudente de Moraes, 5220, Lagoa Nova, Candelária – CEP: 59.056-200 - Natal/RN, inscrita no CNPJ Nº 02.567.270/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o NIRE 2460001128-3 datado em 21/01/2014, consoante a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 1.033, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica neste ato alterado o endereço da sede da Av. Prudente de Moraes nº 5220 Lagoa Nova, Natal/RN – CEP: 59.056-200 para a Rua São José nº 1602 – Sala 109 Lagoa Nova Natal/RN – CEP 59031-630.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica neste ato alterado o capital social que é atualmente de R\$ de 72.400,00 (setenta e dois mil e quatrocentos reais), totalmente integralizado, fica elevado para 300.000,00 (trezentos mil reais), dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, sendo a diferença na importância de R\$ 227.600,00 (duzentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), integralizado neste ato em moeda corrente do país passando o total do capital social na seguinte proporção:

Sócio	Quotas	Valor
JONAS ALVES DA SILVA	300.000	R\$: 300.000,00
Total	300.000	R\$: 300.000,00

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/11/2015 14:01 SOB Nº 20140101640.
PROTOCOLO: 140101640 DE 03/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
RN140101640. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME



JUCERN


Clecinmar Oliveira Maia
SECRETÁRIA GERAL
NATAL, 04/11/2015

CLÁUSULA TERCEIRA

Ratifica-se em todos os seus termos, as demais cláusulas e condições do seu aditivo, não expressamente modificado pelo presente instrumento particular, o qual ficará fazendo parte integrante daquele documento arquivado na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Norte.

Pela exatidão daquilo acima estipulado, o titular assina o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual forma teor e consistência.

Natal, 21 de outubro de 2014.



JONAS ALVES DA SILVA

CPF nº 938.55.334-53

TITULAR



JUCERN

JUNTA COMERCIAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/11/2015 14:01 SOB Nº 20140101640.

PROTOCOLO: 140101640 DE 03/11/2015. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:

RN140101640. NIRE: 24600011283.

CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Cleciomar Oliveira Maia
SECRETÁRIA GERAL

CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA – EIRELI-ME

CNPJ: 02.567.270/0001-04

ADITIVO 02

Pelo presente instrumento, o Sr. **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 05/12/1976, residente e domiciliado na Rua Paraguaçu nº 114, Gramoré Bairro – Lagoa Azul – CEP: 59.135-660 - Natal/RN – Portador da Cédula de Identidade nº 001.380.207 - SSP/RN, CPF: 938.755.334-53, único sócio da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME**, sediada na Avenida Prudente de Morais, 5220, Lagoa Nova, Candelária – CEP: 59.056-200 - Natal/RN, inscrita no CNPJ Nº 02.567.270/0001-04, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob o NIRE 2460001128-3 datado em 21/01/2014, consoante a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 1.033, da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), resolve:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica neste ato alterado o endereço da sede da Rua São José nº 1602 – Sala 109 Lagoa Nova Natal/RN – CEP 59031-630 para a Avenida Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - Letra A - Cidade Alta, Natal/RN – CEP 59.025-225.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ratifica-se em todos os seus termos, as demais cláusulas e condições dos seus aditivos, não expressamente modificados pelo presente instrumento particular, o qual ficará fazendo parte integrante daquele documento arquivado na Junta Comercial do estado do Rio Grande do Norte.

Pela exatidão daquilo acima estipulado, o titular assina o presente instrumento, em 1 (uma) via de igual forma teor e consistência.

Natal/RN, 07 de Março de 2018

JONAS ALVES DA SILVA

Titular

CPF: 938.755.334-53



JUCERN


CERTIFICO O REGISTRO EM 28/03/2018 14:47 SOB Nº 20180102613.
PROTOCOLO: 180102613 DE 28/03/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11801135686. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 28/03/2018
www.redesim.rn.gov.br

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODOS
OS TERRITÓRIOS NACIONAIS
1284094543

NOME
JONAS ALVES DA SILVA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR DE
001360207 ITPP RN

CPF
938.755.334-53

DATA NASCIMENTO
05/12/1976

TRACÇÃO

DAGMAR ALVES DA SILVA

PERMISSÃO

ACC


CAT. HAB.
B

Nº FORTIÇO
01920133914

VALIDADE
26/07/2021

1ª HABILITAÇÃO
10/08/2001

OBSERVAÇÕES



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
NATAL, RN

DATA EMISSÃO
28/07/2016

53488424963
RN702447929

DETRAN - BA - RIO GRANDE DO NORTE

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.567.270/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/1998
NOME EMPRESARIAL CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATMDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 78.20-5-00 - Locação de mão-de-obra temporária			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATMDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada 80.20-0-01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 95.11-8-00 - Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos 41.20-4-00 - Construção de edifícios 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno 01.61-0-02 - Serviço de poda de árvores para lavouras 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários 47.12-1-00 - Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári			
LOGRADOURO AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA	NÚMERO 844	COMPLEMENTO LETRA A	
CEP 59.025-225	BAIRRO/DISTRITO CIDADE ALTA	MUNICÍPIO NATAL	UF RN
ENDEREÇO ELETRÔNICO ACERTCONTABIL@GMAIL.COM		TELEFONE (84) 2226-7276	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Emitido no dia **17/07/2018** às **15:04:32** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 17/07/2018



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 02.567.270/0001-04
Razão Social: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI
Nome Fantasia: CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 03/06/2019

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta

Níveis cadastrados:

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica (Possui Pendência)

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	15/10/2018
FGTS	Validade:	24/08/2018
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	06/01/2019

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	29/08/2018
Receita Municipal	Validade:	29/08/2018

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2019

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI
CNPJ: 02.567.270/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:43:07 do dia 28/03/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/09/2018.

Código de controle da certidão: **7D57.EEC7.BF77.6519**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02567270/0001-04
Razão Social: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MAO DE OBRA LTDA
Nome Fantasia: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MAO DE OBRA LTDA
Endereço: R JOAO PESSOA 219 S 607 B ED SISAL / CIDADE ALTA / NATAL / RN / 59025-500

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 26/07/2018 a 24/08/2018

Certificação Número: 2018072615355321486899

Informação obtida em 07/08/2018, às 14:57:43.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Secretaria de Estado da Tributação
Procuradoria Geral do Estado

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA Nº 5599965
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS ESTADUAIS E À DÍVIDA ATIVA DO ESTADO

Contribuinte: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI
CNPJ: 02.567.270/0001-04 Inscrição Estadual: 20.239.545-6

Certificamos que, até a presente data, não constam pendências em nome do sujeito passivo acima especificado, referente a tributos estaduais ou débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual, ressalvada à Fazenda Pública o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da Secretaria de Estado de Tributação e da Procuradoria Geral do Estado, não abrangendo as taxas e contribuições devidas aos demais órgãos do Estado, exceto se inscritas na Dívida Ativa.

ASPECTOS DE VALIDADE

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada na Internet, no endereço <https://uvt2.set.rn.gov.br/#/services/autenticidade/certidao-conjunta>.

Certidão emitida com base na Resolução Interadministrativa Nº 001, de 09/02/2012 - PGE/SET.

Emitida em **30/07/2018 às 09:12:02** <Horário de Natal/RN>.

Endereço IP: **179.190.192.207**.

Validade até **29/08/2018**.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SEMUT - Secretaria Municipal de Tributação
Comprovante de Inscrição Municipal

Inscrição: 1324853	CPF/CNPJ: 02.567.270/0001-04	Situação: ATIVA	Data Situação: 01/06/1998
Denominação: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI			
Nome Fantasia: CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA			
Endereço: AV DEODORO DA FONSECA, 844 A - Cidade Alta - Natal/RN - CEP 59025-225			
Atividade Principal: LOCACAO DE MAO-DE-OBRA TEMPORARIA			
Natureza Jurídica: Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)			
Regime ISS: Homologado		Regime TLL: NORMAL	
Emissor NFS-E: Sim	Desde 02/03/2011 11:1		

* Documento emitido em 5 de julho de 2018 às 16:44:49



Secretaria Estadual de Tributação
Governo do Estado do RN

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL DO CONTRIBUINTE

Relatório Emitido em: 05/07/2018 16:47:22

Inscrição Estadual: 20.239.545-6	CNPJ/CPF: 02.567.270/0001-04	
Razão Social: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI		
Nome Fantasia: CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MAO DE OBR		
Tipo Contribuinte: NORMAL	Regional: 1 URT	
Produtor Rural de Pequeno Porte: NÃO		
Detalhe da Inscrição: Sem Informação		
CNAE Principal: 7820-5/00 - Locação de mão-de-obra temporaria		
CNAE Secundário: 0161-0/02 - Serviço de poda de arvores para lavouras 3811-4/00 - Coleta de resíduos não-perigosos 4120-4/00 - CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS 4311-8/01 - DEMOLIÇÃO DE EDIFÍCIOS E OUTRAS ESTRUTURAS 4311-8/02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO 4330-4/04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 4399-1/03 - OBRAS DE ALVENARIA 4530-7/01 - COMERCIO POR ATACADO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES 4712-1/00 - Comercio varejista de mercadorias em geral, com predominancia de produtos alimenticios - minimercados, mercearias e armazens 4751-2/01 - COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA 4789-0/05 - Comercio varejista de produtos saneantes domissanitarios 8011-1/01 - Atividades de vigilância e segurança privada 8020-0/01 - Atividades de monitoramento de sistemas de segurança eletrônico 8121-4/00 - Limpeza em predios e em domicilios 8130-3/00 - Atividades paisagisticas 9511-8/00 - REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE COMPUTADORES E DE EQUIPAMENTOS PERIFERICOS		
Natureza Jurídica: 230-5 - EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (DE NATUREZA EMPRESÁRIA)		
Regime Pagamento: NORMAL	Início de Atividade Comercial: 14/10/2010	Situação Cadastral: ATIVO
Endereço: AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 844 - CIDADE ALTA - LETRA A - CEP: 59025225 - NATAL/RN	Telefone: (84) 22267276	
Credenciado: Emissão de NF-e (06/02/2012)Habilitação para NFC-e - mod. 65	Obrigado ao Envio de Arquivos de EFD: SIM	



Prefeitura Municipal do Natal
SEMUT - Secretaria Municipal de Tributação

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal

Nº da Certidão: 1505440	Código de Validação: 447756030228	Observação: A validade desta certidão deve ser verificada utilizando o código ao lado, pela internet, no endereço www.natal.rn.gov.br/semut
-----------------------------------	---	--

Contribuinte:

CPF/CNPJ: 02.567.270/0001-04	Nome/Razão Social: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI
Situação Cadastral:	EMPRESA COM INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA ATIVA NO MUNICÍPIO

Inscrições Mobiliárias Ativas:

132.485-3 - 02.567.270/0001-04

Certificamos que, até a presente data, não consta em nossos arquivos crédito de natureza tributária vencido, irregularidades cadastrais, irregularidades na apresentação de Declarações e crédito de natureza não tributária inscrito em dívida ativa, de responsabilidade do contribuinte acima qualificado, ficando ressalvado à Fazenda Municipal o direito de cobrar qualquer dívida que venha a ser apurada.

A presente Certidão foi expedida com base no artigo 4º da Lei Complementar nº 168 de 13/09/2017 combinado com a Portaria nº 004/2018-GS/SEMUT.

Validade:
Esta certidão é válida por 30 dias a contar da data de sua expedição

Local e Data de Expedição:
Natal (RN), 30 de julho de 2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 02.567.270/0001-04
Certidão nº: 155636648/2018
Expedição: 07/08/2018, às 15:16:47
Validade: 02/02/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que CLAREAR COMERCIO E SERVICOS DE MAO DE OBRA - EIRELI (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 02.567.270/0001-04, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Balanço Patrimonial

Encerrado em 31/12/2017

CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE
OBRA - EIRELI ME

CNPJ: 02.567.270/0001-04

AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 844,
LETRA A - CIDADE ALTA, 59025-225

Natal - RN

NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1998

Balanco Patrimonial

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.587.270/0001-04.
Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 544 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP: 59025-225
NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1998

Pág. 1

Fortes Contábil

Conta	31/12/2017
ATIVO	
CIRCULANTE	8.029.269,75 D
DIREITOS REALIZAV. CURTO PRAZO	8.029.269,75 D
DUPPLICATAS A RECEBER	8.029.269,75 D
CLIENTES	8.029.269,75 D
Total Ativo	8.029.269,75 D

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.8B.D3.61.26.17.5B.69.43.D9.C2.83.60.A0-9 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SOCIO - ADMINISTRADOR
938.755.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

FABIANILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF: 565.651.864-72



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254454.
PROTOCOLO: 180254454 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11892309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Continua...

Balanco Patrimonial

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04
Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225
NIRE: 24600011283 - Data: 04/08/1998

Pág.: 2

Fortes Contábil

Conta	31/12/2017
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	8.029.269,75 C
EXIGIBILIDADE A CURTO PRAZO	4.182.589,99 C
OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR	4.182.589,99 C
IN.S.S. A RECOLHER	2.548.202,76 C
F.G.T.S. A RECOLHER	280.680,43 C
PIS A RECOLHER	83.170,42 C
COFINS RECOLHER	52.283,07 C
CS A PAGAR	241.562,18 C
IRPJ A PAGAR	523.808,21 C
IRRF SOBRE FOLHA	1.364.040,83 C
	2.849,62 C
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	617.127,72 C
SALÁRIOS A PAGAR	617.127,72 C
OUTROS DEBITOS PARCELAMENTOS	1.017.558,51 C
PIS	56.781,02 C
COFINS	254.881,83 C
IRPJ	395.847,45 C
CSSL	310.068,21 C
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	779.977,13 C
Exigível a Longo Prazo	719.288,61 C
Credito Tributário a Pagar	719.288,61 C
Cred. Tributário a pagar - Apnex consultoria	719.288,61 C
RECEITA DIVERSA	60.688,52 C
GANHOS A REALIZAR	60.688,52 C
Ganho a Realizar s/ Credito Tributario - APPEX	60.688,52 C
PATRIMONIO LIQUIDO	8.066.402,63 C
INEXTINGIVEL	3.088.402,63 C
CAPITAL SOCIAL	300.000,00 C
JONAS ALVES DAS ILVA	300.000,00 C
RESERVAS DE LUCROS	2.766.402,63 C
LUCROS ACUMULADOS	2.766.402,63 C
Total Passivo	8.029.269,75 C

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.63.60.A0-9 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SOCIO- ADMINISTRADOR
938.755.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

KRANILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF. 565.651.804-72



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redasim.rn.gov.br

Fim

Demonstração do Resultado do Exercício

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04

NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1998

Estabelecimentos: 0457 - CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE ; Centros de Resultado: 001 - Geral
Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225

Pág.: 3

Fortes Contábil

Conta	Descrição	01/01/2017 a 31/12/2017
(+) 010	Receita Bruta Operacional	23.586.110,75
010.01	Faturamento Prod. Merc. e Serviços	23.586.110,75
010.01.03	Vendas de Serviços	23.586.110,75
(-) 020	Deduções da Receita	4.634.755,94
020.01	DEDUÇÃO DA RECEITA	4.634.755,94
020.01.02	ISS	1.176.210,33
020.01.03	COFINS	718.626,07
020.01.04	PIS	155.702,31
020.01.07	CS	689.881,03
020.01.11	IR	1.892.336,20
(=) 030	Receita Líquida	18.931.354,81
(-) 040	Custo Mercadorias/Serviços Vendidos	11.662.936,17
040.03	Custo dos Serviços Prestados	11.662.936,17
(=) 060	Lucro Bruto	7.268.418,64
(-) 070	Despesas Operacionais	7.267.182,31
070.02	Despesas Administrativas	7.262.983,83
070.03	Despesas Financeiras Líquidas	3.170,22
070.03.01	Despesas Financeiras	3.170,22
070.04	Despesas Tributárias	11.018,26
(=) 110	Lucro Operacional	1.236,33
(=) 150	Res. Antes Imp Renda e Contrib. Social	1.236,33
(=) 180	Res. Antes das Participações e Contrib.	1.236,33
(=) 200	Resultado Líquido do Exercício	1.236,33

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.83.60.A0-8 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SOCIO-ADMINISTRADOR
928.755.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

KANILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF. 585.851.864-72



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Fim

DLPA 12/2017

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04
NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1988

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP: 59025-225

Pág.: 4

Fortes Contábil

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA

Saldo em 31 de dezembro de 2016	2.765.166,30
Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	1.236,33
Saldo em 31 de dezembro de 2017	2.766.402,63

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.83.60.A0-9 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SOCIO-ADMINISTRADOR
938.755.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

RAMILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF. 565.651.864-72



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Fim

DMPL/DRAEmpresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04
NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1998

Pág.: 5

Folhas Contábil

Visualizando DMPL e DRA no Período: 01/01/2017 à 31/12/2017

Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225

	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções outorgadas e Ações e Tesouraria	Reserva de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido dos Não Sócios da Controladora	Participação dos Não Controlados no Pat. Liq. das Controladas	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente Total da Companhia	Totais
Saldo Iniciais	300.000,00	0,00	2.765.166,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.065.166,30
Ajustes de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Opções Outorgadas Reconhecidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos Sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reclassificação de Resultados Abrangentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro Líquido do	0,00	0,00	1.236,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.236,33
Constituição de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo	300.000,00	0,00	2.766.402,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.066.402,63

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.78.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A5.D9.C2.83.69.A0-9 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SÓCIO-ADMINISTRADOR
938.755.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

FRANILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF. 565.651.864-72CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-MEShanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Fim

Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04
NIRE: 24600011283 - Data: 04/06/1998

Pág.: 6

Fótes Contábil

Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225

	01/01/2017		31/12/2017
		a	
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido			1.236,33
Caixa Líquido das Atividades Operacionais			1.236,33
Atividades Investimento			
DIREITOS REALIZAV.CURTO.PRAZO			(1.295.346,40)
Exigível a Longo Prazo			(226.432,05)
Caixa Líquido das Atividades Investimento			(1.521.778,45)
Atividades Financiamento			
EXIGIBILIDADE A CURTO PRAZO			1.520.542,12
Caixa Líquido das Atividades Financiamento			1.520.542,12
Variação Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa			0,00
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período			0,00
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período			0,00

DECLARAÇÃO:

Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.83.60.A0-9 data 10/05/2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SOCIO/ADMINISTRADOR
938-735.334-53

Natal-RN, 11 de Maio de 2018

FABILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR
CRC 5525-RN
CPF: 565.851.864-72



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309618. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Fim

Análise pelos Índices do Balanço

Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04

Pág.: 7

Mês/Ano: 12/2017

Fortes Contábil

DECLARAÇÃO: Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.83.60.A0-0 data 10/05/2018. NIRE: 24600011283 DATA: 04/05/1998 Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225

Código	Nome	Expressão	Resultado
	Valores		
CE	Composição do Endividamento	(c21/(c21+c231))	
	(4.182.889,99 / (4.182.889,99 + 719.288,61))		0,85
GA	Qual o percentual de obrigações a curto prazo em relação as obrigações totais. Quanto menor, melhor.		
	Giro do Ativo	d030/c1	
	18.931.354,81 / 8.029.269,75		2,36
IPL	Quanto a empresa vendeu para cada R\$1,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.		
	Imobilização do Patrimônio Líquido	(c13/c24)	
	(0,00 / 3.066.402,63)		0,00
	Quanto a empresa aplicou no ativo permanente para cada R\$ 100,00 de patrimônio líquido. Quanto menor, melhor.		
IRNC	Imobilização dos Recursos não correntes	(c13/(c24+c22))	
	(0,00 / (3.066.402,63 + 0,00))		0,00
	Que percentual dos Recursos não correntes (Patrimônio Líquido e Exigível a Longo Prazo) foi destinado ao Ativo Permanente. Quanto menor, melhor.		
ISG	Solvência Geral	c1/(c21+c221)	
	8.029.269,75 / (4.182.889,99 + 0,00)		1,92
	O Índice de Solvência Geral Expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em ativo (totais). Maior ou igual a R\$ 1,00		
LC	Liquidez Corrente	c11/c21	
	8.029.269,75 / 4.182.889,99		1,92
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.		
LG	Liquidez Geral	(c11+c12)/(c21+c22)	
	(8.029.269,75 + 0,00) / (4.182.889,99 + 0,00)		1,92
	Quanto a empresa possui de Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo para cada R\$ 1,00 de dívida Total. Quanto maior, melhor.		
LI	Liquidez Imediata	c111/c21	
	0,00 / 4.182.889,99		0,00
	Quanto dispomos imediatamente para saldar nossas dívidas de Curto Prazo. Quanto maior, melhor.		
LS	Liquidez Seca	(c11-c113)/c21	
	(8.029.269,75 - 0,00) / 4.182.889,99		1,92
	Quanto a empresa possui de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante. Quanto maior, melhor.		
ML	Margem Líquida	(d200/d030)	
	(1.236,33 / 18.931.354,81)		0,00
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R\$100,00 vendidos. Quanto maior, melhor.		
PCT	Participação Terceiro-Endividamento	(c22/c24)	
	(0,00 / 3.066.402,63)		0,00
	Quanto a empresa tomou de capital de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio. Quanto menor, melhor.		
RA	Rentabilidade do Ativo	(d200/c1)	
	(1.236,33 / 8.029.269,75)		0,00
	Quanto a empresa obtem de lucro para cada R\$100,00 de investimento total. Quanto maior, melhor.		
RPL	Rentabilidade do Patrimônio Líquido	(d200/c24)	
	(1.236,33 / 3.066.402,63)		0,00
	Lucro Líquido/ Patrimônio Líquido		

del

Francisco

Natal-RN, 11 de Maio de 2018



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

Fim

Análise pelos Índices do Balanço

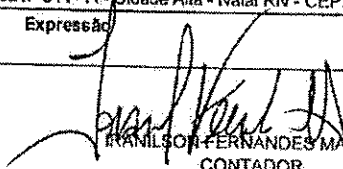
Empresa: CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA - EIRELI ME - CNPJ: 02.567.270/0001-04

Pág.: 5

Mês/Ano: 12/2017

Fortes Contábil

DECLARAÇÃO: Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras, nos responsabilizamos por todas elas. As informações foram extraídas da escrituração contábil digital, conforme recibo n. 2A.79.9B.D4.D6.7B.0D.88.D3.61.26.17.5B.69.A3.D9.C2.83.60.A0-9 data 10/05/2018. NIRE: 24600011263 DATA: 04/06/1998 Av. Marechal Deodoro da Fonseca nº 844 - A - Cidade Alta - Natal RN - CEP. 59025-225

Código	Nome Valores	Expressão	Resultado
	JONAS ALVES DA SILVA SÓCIO- ADMINISTRADOR 938.755.034-53	 RAMILSON FERNANDES MARTINS CONTADOR CRC 5525-RN CPF. 565.651.864-72	



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB N° 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011263.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Fim

Shenases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa **CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA – EIRELI ME** CNPJ.02.567.270/0001-04 – NIRE. 24600011283 - Data: 04/06/1998, é uma sociedade empresária limitada, com sede e foro na cidade de Natal/RN, tendo como objeto social Locação de Mão de Obra temporária, com início de atividades em 04/06/1998.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com os ditames do ITG 1000, além dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação societária brasileira.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Direitos e obrigações

Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência;

3.2) Ajuste de avaliação patrimonial

A empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial.

3.3) Impostos Federais

A empresa está no regime do LUCRO PRESUMIDO e contabiliza os encargos tributários pelo regime de competência.

4) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A empresa não consta no passivo, contas relacionado a empréstimos e financiamentos.

5) RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

6) CAPITAL SOCIAL

O capital social é de R\$300.000,00 (Trezentos mil reais), totalmente integralizado, apresentando a seguinte composição:

JONAS ALVES DA SILVA..... Participação percentual de 100%

7) EVENTOS SUBSEQUENTES

O administrador declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros

Natal/RN, 11 de maio de 2018.

JONAS ALVES DA SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR
CPF: 938.755.334-53

IRANILSON FERNANDES MARTINS
CONTADOR CRC 5525 / RN
CPF. 565.651.864-72



JUCERN
www.jucern.rn.gov.br

CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2018 16:21 SOB Nº 20180254464.
PROTOCOLO: 180254464 DE 13/06/2018. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11802309610. NIRE: 24600011283.
CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI-ME

Shanases Campos Fernandes Câmara
SECRETÁRIA-GERAL
NATAL, 13/06/2018
www.redesim.rn.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CERTIDÃO ESTADUAL
FALÊNCIA E/OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

CERTIDÃO Nº: 001978689

FOLHA: 1/1

Certifico que, pesquisando os registros de distribuições de feitos do Estado do Rio Grande do Norte, no período de 20 anos, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

CLAREAR COMERCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EIRELI, residente na AVENIDA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 844, A, , CIDADE ALTA, CEP: 59025-225, Natal - RN, vinculado ao CNPJ: 02.567.270/0001-04 *****

CERTIFICO, outrossim, que os dados pessoais, constantes nesta certidão, foram informados pelo solicitante, devendo sua titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário.

Esta certidão abrange a 1ª Instância da Justiça Estadual do RN.

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte CERTIFICA AINDA, que a pesquisa dos registros de distribuições de feitos cíveis, envolvendo as Ações de Falência e Recuperação Judicial, inclui também os procedimentos do Decreto Lei n. 7.661, de 21 de junho de 1945.

CERTIFICA finalmente, que esta certidão, pode ter sua autenticidade confirmada no endereço eletrônico www.tjrn.jus.br, no campo Consultas / Emissão e autenticação de certidão, informando-se o seu número, por um prazo máximo de 30 (trinta) dias de validade.

Certifico finalmente que a certidão é gratuita.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias.

Estado do Rio Grande do Norte, segunda-feira, 30 de julho de 2018 às 09h38min.



AO

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI II E III DA UFPB (AREIA E BANANEIRA)

DECLARAÇÃO

A empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 02.567.270/0001-04, **DECLARA** para os fins de direito, que, detém **CAPITAL DE GIRO** para exigência da Contratação Emergência da Universidade Federal da Paraíba, demonstrado abaixo. Informações extraídas do balanço patrimonial encerrado em 31/12/2017.

Ativo Circulante (AC) = 8.029.269,75

Passivo Circulante (PC) = 4.182.889,99

Capital de Giro (CG) = AC - PC = 8.029.269,75 - 4.182.889,99 = **3.846.379,76**

Valor estimado do Contrato – R\$ **1.094.472,00**

CCL Exigido = R\$ 1.094.472,00 x 16,66% = **R\$ 182.339,04**

Logo, o valor do Capital Circulante líquido é superior a 16,66% do valor estimado para a contratação.

Natal/RN, 16 de Agosto de 2018.

CLAREAR COM. SERV. MÃO DE OBRA EIRELI
Jonas Alves da Silva
Sócio Diretor
CPF: 938.755.334-53

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP. 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04

MISSÃO: Ser referência em serviços de terceirização, com ênfase nas atividades de limpeza, higienização e conservação predial, capaz de satisfazer o necessário dos clientes por meio de serviços e produtos, qualificados e apresentados com qualidade.



AO
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI II E III DA UFPB (AREIA E BANANEIRA)

JUSTIFICATIVA

Atestamos, para os fins de direito, que a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº 02.567.270/0001-04, estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A – Cidade Alta – Natal/RN vem apresentar justificativa abaixo, para exigência da Contratação Emergência da Universidade Federal da Paraíba, extraídas do balanço patrimonial encerrado em 31/12/2017.

(Valor da receita bruta – Valor total dos contratos) x 100 =

Valor da receita bruta

23.566.110,75 – 31.478.522,32 x 100 = - 33,57%

23.566.110,75

Justifica-se a variação percentual maior ou inferior a 10% em função da:

A variação de percentual do valor dos contratos firmados em relação a receita bruta, ocorreu em razão que a empresa Clarear ter adquirido no final do ano de 2017 e no decorrer do ano de 2018 foram repactuados todos os contratos e aquisição de novos contratos, novos contratos de grandes valores, outros valores significativos é que muitos contratos já encontram-se repactuados, os quais serão contabilizados no ano de 2018.

Natal/RN, 16 de Agosto de 2018.

CLAREAR COM. SERV. MÃO-DE-OBRA EIRELI
Jonas Alves da Silva
Sócio Diretor
CPF: 908.755.314-53

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04



AO
MINISTERIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CONTRATAÇÃO EMERGÊNCIA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PARA
ATENDER AS NECESSIDADES DOS CAMPI II E III DA UFPB (AREIA E BANANEIRA)

DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa CLAREAR COMERCIO E SERVIÇO DE MÃO-DE-OBRA EIRELI, inscrita no CNPJ nº 02.567.270/0001-04, inscrição estadual nº 20.239.545-6, estabelecida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A – Cidade Alta – Natal/RN, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública, conforme relação a seguir:

ORGÃO/EMPRESA	SERVIÇO	CONTRATO Nº	VIGÊNCIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
CBTU	MOTORISTA	004/2018	23/04/2018 A 22/04/2019	R\$ 22.497,15	R\$ 269.965,80
CAERN	MOTORISTA	16. 0061	05/05/2018 A 04/05/2019	R\$ 70.686,00	R\$ 848.232,00
CAERN	MOTOCICLISTA	17. 01302	12/07/2018 A 14/07/2019	R\$ 2.661,00	R\$ 31.932,00
DNIT	MÃO DE OBRA	833/2017	01/12/2017 A 01/12/2018	R\$ 78.918,75	R\$ 947.025,00
EMPROTUR	MANUTENÇÃO	002/2018	15/05/2018 A 14/05/2019	R\$ 23.763,75	R\$ 285.165,00
IFPB - JOÃO PESSOA	MÃO-DE-OBRA	111/2016	03/11/2017 A 03/11/2018	R\$ 70.950,00	R\$ 851.400,00
IFPB - JOÃO PESSOA	LIMPEZA	09/2016	10/08/2017 A 10/08/2018	R\$ 127.103,17	R\$ 1.525.238,04
IFPB - JOÃO PESSOA	MOTORISTA	02/2017	29/09/2017 A 29/09/2018	R\$ 30.360,22	R\$ 364.322,64
IFPB - JOÃO PESSOA	CUIDADORES	01/2017	16/01/2018 A 15/01/2019	R\$ 109.874,24	R\$ 1.318.490,88
IFPB - CABEDELO/LUCENA	LIMPEZA	124/2016	21/12/2017 A 21/12/2018	R\$ 12.492,00	R\$ 149.904,00
IFPB - CABEDELO	LIMPEZA	07/2016	05/12/2017 A 05/12/2018	R\$ 38.794,93	R\$ 465.539,16
IFPB - CABEDELO	CUIDADORES	09/2016	14/12/2017 A 14/12/2018	R\$ 18.896,50	R\$ 226.758,00
IFPB - CABEDELO	CUIDADORES	03/2017	22/05/2018 A 22/05/2019	R\$ 3.578,50	R\$ 42.942,00
IFPB - CAMPINA GRANDE	CUIDADORES	01/2017	23/01/2018 A 23/01/2019	R\$ 66.331,00	R\$ 795.972,00
IFPB - CAJAZEIRAS	CUIDADORES	01/2017	23/01/2018 A 23/01/2019	R\$ 14.207,84	R\$ 170.494,08
IFPB - PICUI	CUIDADORES	01/2017	15/01/2018 A 14/01/2019	R\$ 10.641,50	R\$ 127.698,00
IFPB - SANTA RITA	CUIDADORES	09/2017	27/01/2018 A 27/01/2019	R\$ 10.333,00	R\$ 123.996,00
IFPB - PATOS	CUIDADORES	01/2017	30/01/2018 A 30/01/2019	R\$ 24.195,50	R\$ 290.346,00
IFPB - GUARABIRA	CUIDADORES	01/2017	23/01/2018 A 23/01/2019	R\$ 21.604,00	R\$ 259.248,00
IFPB - GUARABIRA	CUIDADORES	04/2017	06/11/2017 A 06/11/2018	R\$ 5.160,00	R\$ 61.920,00
IDEMA	MÃO DE OBRA	002/2018	08/01/2018 A 07/01/2019	R\$ 137.848,75	R\$ 1.654.185,00
IDEMA	LIMPEZA	022/2016	04/11/2017 A 04/11/2018	R\$ 25.302,10	R\$ 303.625,20
IDEMA	MÃO-DE-OBRA	033/2017	11/12/2017 A 10/12/2018	R\$ 278.333,00	R\$ 3.339.996,00
IDIARN	MOTORISTA	0014/2017	20/07/2017 A 19/07/2018	R\$ 3.442,50	R\$ 41.310,00
IPEM	MOTORISTA	04/2018	01/03/2018 A 28/02/2019	R\$ 15.132,00	R\$ 181.584,00
PGE	MOTORISTA	009/2017	19/06/2017 A 18/06/2018	R\$ 13.307,25	R\$ 159.687,00
PGJ	MOTORISTA	009/2017	06/02/2017 A 05/02/2019	R\$ 198.993,59	R\$ 2.387.923,08
PGJ	CONTINUO	044/2015	01/08/2017 A 31/07/2018	R\$ 96.613,00	R\$ 1.159.356,00
PGJ	RECEPÇÃO	016/2015	01/04/2018 A 30/11/2018	R\$ 42.013,50	R\$ 504.162,00
PRF	RECEPÇÃO	09/2017	04/04/2017 A 03/04/2019	R\$ 21.725,00	R\$ 521.400,00
PRF	TELEATENDIMENTO	15/2013	16/12/2017 A 15/12/2018	R\$ 24.076,52	R\$ 288.918,24
POLICIA FEDERAL	COPEIRAGEM	15/2017	02/01/2018 A 01/01/2019	R\$ 9.817,00	R\$ 117.804,00
POLICIA FEDERAL	RECEPÇÃO	16/2017	02/01/2018 A 01/01/2019	R\$ 6.249,70	R\$ 74.996,40
POLICIA CIVIL	LIMPEZA	61/2017	01/11/2017 A 31/10/2018	R\$ 95.200,00	R\$ 1.142.400,00
SAAE - SGA	MÃO-DE-OBRA	07040001/2017	01/01/2018 A 31/12/2018	R\$ 32.600,00	R\$ 293.400,00
SAPE	MOTORISTA	006/2017	28/08/2017 A 27/08/2018	R\$ 3.442,50	R\$ 41.310,00
SEARA	RECEPÇÃO	007/2015	11/08/2017 A 10/09/2018	R\$ 4.242,00	R\$ 50.904,00
SEARA	JARDINAGEM	011/2017	13/10/2017 A 12/10/2018	R\$ 4.443,50	R\$ 53.322,00
SEMURB	MOTORISTA	002/2017	09/05/2018 A 08/05/2019	R\$ 18.765,00	R\$ 225.180,00
SEPLAN	MOTORISTA	170/2017	01/12/2017 A 30/11/2018	R\$ 54.396,00	R\$ 652.752,00
TRE/RN	MÃO-DE-OBRA	54/2016	01/02/2017 A 31/10/2018	R\$ 181.031,54	R\$ 3.620.630,80
TRE/RN	MÃO-DE-OBRA	19/2017	01/08/2017 A 31/04/2019	R\$ 15.845,25	R\$ 316.905,00
UFPB	LIMPEZA	003/2016	26/05/2018 A 25/05/2019	R\$ 89.856,00	R\$ 1.078.272,00
UFPB	MANUTENÇÃO	001/2018	21/05/2018 A 20/05/2019	R\$ 342.659,25	R\$ 4.111.911,00
TOTAL				R\$ 2.478.384,00	R\$ 31.478.522,32
1/12 (UM DOZE AVOS) DO CONTRATO				R\$	2.478.384,00
PATRIMONIO LIQUIDO				R\$	3.066.402,63

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP. 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04

MISSÃO: Ser referência em serviços de terceirização, com ênfase nas atividades de limpeza, higienização e conservação predial, capaz de satisfazer a necessidade das entidades parceiras de serviços.



Patrimônio Líquido:	3.066.402,63
1/12 do Valor Total dos Contratos:	2.478.384,00
Valor Total dos Contratos:	31.478.522,32

Valor do Patrimônio Líquido x 12 > 1
Valor Total dos Contratos

$$\frac{3.066.402,63 \times 12}{31.478.522,32} = \frac{36.796.831,56}{31.478.522,32} = 1,16$$

Endereço dos Contratos firmados:

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Endereço: Praça Augusto Severo nº302 59012-380 – Ribeira – Natal - RN
Telefone: (84)3221-3355

Delegacia Geral da Polícia Civil

Endereço: Av. Capitão-Mor Gouveia, 1166 - Cidade Esperança, Natal - RN, 59070-400
Telefone: (84) 3232-4074

Departamento Nacional de Infra Estrutura de Transportes

Endereço: Av. Bernardo Vieira, 3656 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59056-045
Telefone: (84) 4005-4902

Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente

Endereço: Av. Nascimento de Castro, 125, Natal - RN, 59054-180
Telefone: (84) 3232-1970

Ministério Público do Rio Grande do Norte

Endereço: Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 - Candelária, Natal - RN
Telefone: (84) 3232-7130

Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal

Endereço: Av. Nascimento de Castro, 1540 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59056-450
Telefone: (84) 3215-1500

Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e de Apoio à Reforma Agrária

Endereço: Av. Nascimento de Castro, 2091 - Lagoa Nova, Natal - RN, 59056-450
Telefone: (84) 3232-7271

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP. 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04



Secretaria de Saúde Pública

Endereço: Av. Deodoro da Fonseca, 730 - Cidade Alta, Natal - RN, 59025-600

Telefone: (84) 3232-2666

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Endereço: Av. Primeiro de Maio, 720—João Pessoa - PB, 58015-430

Telefone: (83) 3271-3081

Universidade Federal da Paraíba

Endereço: Cidade Universitária, S/N—João Pessoa - PB, 58051-900

Telefone: (83) 3216-7200

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte

Endereço: Praça André de Albuquerque, 534 - Natal - RN, 59025-580

Telefone: (84) 4006-5600

Natal/RN, 16 de Agosto de 2018.

CLAREAR COM. SERV. MÃO OBRA EIRELI
Jonas Alves da Silva
Sócio Diretor
CPF: 938.755.334-53

Av. Marechal Deodoro da Fonseca, 844-A - Cidade Alta
Fone (84) 2226-7276 - CEP. 59025-225
CNPJ: 02.567.270/0001-04



Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte

O Sistema CFA/CRA's tem como missão promover a Ciência da Administração valorizando as competências profissionais, a sustentabilidade das organizações e o desenvolvimento do país.



Coordenação de Registro
Rua Coronel Auris Coelho, 471, Natal/RN, CEP 59075-050
Telefone: (84) 3234-6672 e Fax: - www.cra-rn.org.br

CERTIDÃO DE REGULARIDADE - PJ Nº 44/2018/CRA-RN

Certificamos para os devidos fins e de conformidade com o disposto na Lei 8.666, art. 30, § 1º, inciso II, publicada no Diário Oficial da União de 22 de junho de 1993, que a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA-EIRELI-ME**, CNPJ.: 02.567.270/0001-04, é registrada neste Regional sob o nº PJ-605, bem como seu Responsável Técnico, o Administrador **JOSÉ MANOEL TELES JUNIOR**, registro nº 1615-ADM, e a Administradora **MARIA JERLANI DE LUCENA ALVES**, registro nº 5947-ADM, ambos em dia com suas anuidades referentes ao exercício de 2018. Certificamos ainda que nada consta neste Conselho que desabone sua conduta profissional, encontrando-se apta para participar de Processos Licitatórios. E para constar, eu **LARISSA SOUSA DE OLIVEIRA**, Assistente Administrativo do CRA/RN, lavrei e assino a presente Certidão que vai assinada pela Gerente Executiva do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Norte. Esta Certidão é válida até 31 de dezembro de 2018.

Natal, 22 de janeiro de 2018.

LARISSA SOUSA DE OLIVEIRA
Assistente Administrativo
Mat. 016 - CRA/RN

Adm. SILVANA SILVA DE AVELAR
Gerente Executiva
CRA-RN 3050



Documento assinado eletronicamente por Larissa Sousa de Oliveira, Assistente Administrativo, em 22/01/2018, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Admª. Silvana Silva de Avelar, Gerente Executiva, em 22/01/2018, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador 0120671 e o código CRC 8E8EE2E4.



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA

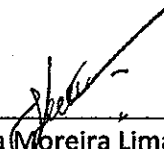
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

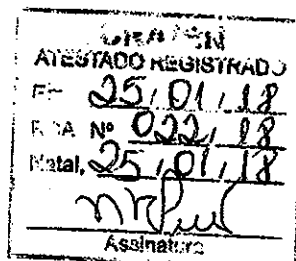
O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE, inscrito no CNPJ nº 08.242.166/000126, sediado na Avenida Alexandrino de Alencar, nº1701, Tirol, nesta cidade de Natal/RN, atesta para os devidos fins que se fizeram necessário que a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.567.270/0001-04, situada a Rua São José, 1602, Sala 101 – Lagoa Nova, Natal/RN, vem prestando os Serviços de locação de mão de obra especializada na função de limpeza, tudo conforme com as cláusulas pactuadas no contrato nº 022/2016, que teve início em 04/11/2016 até a presente data.

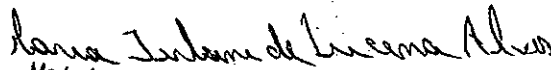
CATEGORIA PROFISSIONAL	Qtde
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40%	2
Total	13

Atestamos ainda, que tais atividades são realizadas satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Natal, 06 de Outubro de 2017


Keila Moreira Lima Silva
Coordenadora Adm. Financeiro do IDEMA




Maria Jerlani de Lucena Alves
Responsável Técnico
CRA/RN 05947



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA

2010-0032
clarear - Jonas

CONTRATO Nº. 022/2016 - IDEMA/RN, PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DA SEDE DO IDEMA E DO PARQUE DAS DUNAS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA E A EMPRESA CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA - ME, NA FORMA AJUSTADA.

O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE - IDEMA, com sede à Av. Alexandrino de Alencar, nº. 1701, Tirol, Natal/RN, inscrito no CNPJ/MF sob nº. 08.242.166/0001-26, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. **RONDINELLE SILVA OLIVEIRA**, inscrito no CPF/MF sob nº. 034.632.804-77, RG 2.306.812, residente e domiciliado no Município de Parnamirim/RN, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA - ME**, com sede à Rua São José, nº. 1602, Ed. Empresarial Marsica, Sala 109, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.031-630, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 02.567.270/0001-04, neste ato representada pelo seu Sócio Diretor, o Sr. **JONAS ALVES DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob nº. 938.755.334-53, portador da Cédula de Identidade nº. 001.380.207 - SSP/RN, residente e domiciliado à Rua Paraguaçu, nº. 114, Gramoré, Lagoa Azul, Natal/RN, CEP: 59.135-660, doravante denominada **CONTRATADA** celebram, por força do presente instrumento e em conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/1993, **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DA SEDE DO IDEMA E DO PARQUE DAS DUNAS**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DA SEDE DO IDEMA E DO PARQUE DAS DUNAS**, em consonância com o disposto na **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2016 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA** e o **PROCESSO Nº 313877/2016-2 - IDEMA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

2.1 – A justificativa desta contratação reside na exposição de motivos consignada no Memorando nº. 048/2016 (fls. 02) e Justificativa do Ordenador de Despesa (fls. 134 à 135).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

3.1 – Este contrato tem como amparo legal na Lei nº. 8.666/93, o Edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº 001/2016**, a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº**

014/2016 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA e o PROCESSO Nº 313877/2016-2 - IDEMA.

3.2 – Constituem partes integrantes deste contrato, estando a eles vinculados, como se neste estivessem transcritos, os seguintes documentos, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento:

a) Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº. 001/2016;**

b) **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2016 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA;**

c) Proposta de Preço da Contratada (fls. 136 à 137).

3.3 – Constitui parte integrante deste contrato, estando a ele vinculado, as Planilhas de Composição de Custos, parte integrante do **PROCESSO Nº 313877/2016-2-IDEMA/RN**, constantes às fls. 138 à 142, cujo teor as partes declaram ter pleno conhecimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

4.1 – As despesas decorrentes deste certame correrão por conta dos recursos do orçamento do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, conforme segue abaixo:

Dotação: 27.203.18.122.0100

Projeto de Atividade: 23290 – Manutenção e Funcionamento

Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte: 250 – Recursos Diretamente Arrecadados

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR:

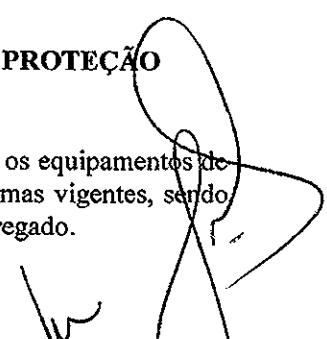
5.1 – O valor mensal do Contrato é de **R\$ 25.302,10 (VINTE E CINCO MIL TREZENTOS E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS)**, perfazendo no período de **12 (DOZE) MESES** o valor global de **R\$ 303.625,20 (TREZENTOS E TRÊS MIL SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS)**, sendo **R\$ 50.604,20 (CINQUENTA MIL SEISCENTOS E QUATRO REAIS E VINTE CENTAVOS)**, para o exercício 2016 e **R\$ 253.021,00 (DUZENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL E VINTE E UM REAIS)**, para o exercício 2017, resultante do Edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº. 001/2016** e a **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 014/2016 - UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA.**

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA:

6.1 – O contrato tem vigência no período de **04/11/2016 a 04/11/2017**, perfazendo **12 (DOZE) MESES** podendo ser prorrogado, havendo interesse da **CONTRATANTE**, mediante a celebração de termo aditivo, observado o limite legal máximo permitido de **60 (SESSENTA) MESES** previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FARDAMENTO E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL:

7.1 – A **CONTRATADA** deverá fornecer a todos os trabalhadores o fardamento e os equipamentos de proteção individual, necessários à realização dos serviços, de acordo com as normas vigentes, sendo obrigada a sua utilização objetivando proteger a saúde e integridade física do empregado.



7.2 – É parte essencial da apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental e asseio, buscando manter suas roupas sempre limpas e bem passadas, enfim, cuidados que visam manter um bom padrão de higiene.

7.3 – O fardamento deverá ser fornecido pela CONTRATADA a todos os trabalhadores à disposição da CONTRATANTE, e renovado semestralmente.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 - Comprovar mensalmente o cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias, incluindo-se o pagamento dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Convenções, Dissídios ou Acordos Coletivos de trabalho, obrigações decorrentes do cumprimento das normas de segurança e medicina do trabalho, bem como das normas e legislação especializadas de proteção ao meio ambiente, comprovação de pagamento de salários, vale alimentação (se exigido em convenção, dissídio ou acordo coletivo de trabalho), vale transporte, FGTS, seguro de vida (se exigido em convenção, dissídio ou acordo coletivo de trabalho) e os demais encargos de natureza trabalhista.

8.2 - Prestar os serviços objeto do Contrato a ser firmado dentro de elevados padrões éticos e profissionais, sempre buscando o emprego de novas técnicas que se mostrem relevantes para o bom andamento dos serviços que lhe forem confiados.

8.3 - Submeter-se à fiscalização do **IDEMA/RN** na execução dos serviços.

8.4 - Comprovar diariamente o comparecimento da mão de obra, mediante livro ou ponto com a identificação do empregado através do número da CTPS.

8.5 - Dispor de um livro de anotações, onde serão detalhadas as ocorrências diárias da execução dos serviços, tais como paralisação das tarefas e suas causas, acidentes, e etc.

8.6 - Manter seus funcionários devidamente uniformizados, portando crachás de identificação, conforme normas do **IDEMA/RN**.

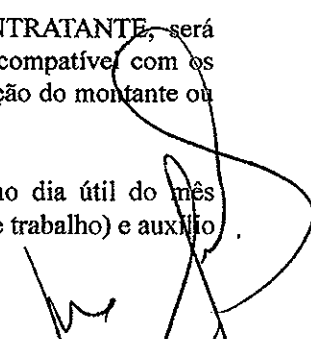
8.7 - Indenizar ao **IDEMA/RN** e/ou a terceiros, de imediato, pelos danos causados por ação ou omissão de seus empregados e/ou prepostos.

8.8 - Efetuar de imediato, sempre que exigido pela Contratante, o afastamento de qualquer empregado ou subcontratado, cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços contratados ou ao interesse do serviço público, sendo que a CONTRATANTE não será obrigada a declarar os motivos da exigência.

8.9 - Não transferir a outrem, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar ou efetuar substituições de subcontratadas, de qualquer das prestações e serviços a que está obrigada por força do presente Contrato.

8.10 - O valor correspondente ao ressarcimento pelos danos causados à CONTRATANTE, será debitado de acordo com o custo financeiro do dano causado – que deverá estar compatível com os valores de mercado – no primeiro pagamento a que a empresa fizer jus ou, em função do montante ou interesse administrativo, recolhimento por depósito a favor da CONTRATANTE.

8.11 - Fornecer aos empregados à disposição da CONTRATANTE, até o último dia útil do mês anterior, vale-alimentação (se exigido em convenção, dissídio ou acordo coletivo de trabalho) e auxílio transporte nos termos da legislação vigente.



8.12 - Orientar seus empregados para o cumprimento rigoroso dos horários estabelecidos, devendo, ainda, substituí-los nos casos de faltas, ausências legais ou férias, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos serviços.

8.13 - Efetuar o pagamento, até o 5º. (quinto) dia do mês subsequente ao do vencimento, do salário dos empregados, utilizados nos serviços contratados, bem como recolher, no prazo legal, os encargos trabalhistas, fiscais, tributários e previdenciários decorrentes dos mesmos.

8.14 - Arcar com todos os custos relativos aos itens de uniforme, cursos e ou treinamentos, não repassando estes valores aos empregados nem à CONTRATANTE.

8.15 - Responsabilizar-se pela reparação de todos os danos decorrentes de sinistros comprovadamente causados pelos seus profissionais na execução dos serviços, sem que isso implique acréscimo nos preços inicialmente contratados.

8.16 - A CONTRATADA deverá apresentar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, a relação, por escrito, dos funcionários que entrarão de férias, bem como os nomes dos que irão substituí-los.

8.17 - A CONTRATADA deverá obrigatoriamente apresentar ao gestor do contrato, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, a relação, por escrito, dos funcionários (com respectivos dados pessoais: nome, identidade ou CPF) por ela contratados.

8.18 - A CONTRATADA deverá garantir que os funcionários por ela contratados se apresentem, já no primeiro dia de vigência de contrato, devidamente fardados.

8.19 - Apresentar o preço do objeto contratual abrangendo todas as despesas, incluindo-se impostos, taxas, contribuições e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

8.20 - Suportar a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual, desde que, comprovadamente, tenha lhe dado causa.

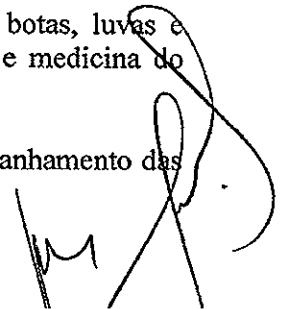
8.21 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

8.22 - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação (PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº. 001/2016).

8.23 - Caso haja faltas ao serviço e/ou afastamentos legais sem que a CONTRATADA tenha realizado a substituição de seus funcionários ausentes, a CONTRATADA deverá glosar da fatura mensal 1/30 (um trinta avos) por dia de ausência e por funcionário ausente sobre o valor total mensal do funcionário constante na planilha de custo e formação de preço.

8.24 - A CONTRATADA deverá fornecer os equipamentos tipo uniforme, botas, luvas e similares, dentro das especificações estabelecidas nas normas de segurança e medicina do trabalho.

8.25 - A CONTRATADA deverá dispor de funcionário encarregado do acompanhamento das tarefas diárias e fiscalização dos serviços.



CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1 – A CONTRATANTE terá plenos poderes para fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, por si, por intermédio de prepostos devidamente credenciado, nas formas previstas na Lei nº. 8.666/93.

9.2 - Observar para que, durante a vigência do presente contrato, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital da Licitação (**PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº. 001/2016**), bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

9.3 - Exigir dos profissionais à sua disposição a comprovação de vínculo empregatício com a CONTRATADA, através da exibição da CTPS (carteira de trabalho e Previdência Social) devidamente anotadas.

9.4 - Acompanhar e fiscalizar a perfeita execução do contrato, através do gestor do contrato.

9.5 - Solicitar o objeto contratual mediante expedição e entrega de ordem de serviço.

9.6 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo e a forma estabelecidos em Contrato.

9.7 - Acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, a execução do objeto.

9.8 - Prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto do Contrato que venham a ser formalmente solicitados pela CONTRATADA.

9.9 - Instituir como Gestor do Contrato o responsável pela Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG da CONTRATANTE, com a obrigação de coordenar, supervisionar e avaliar a execução deste instrumento.

9.10 - A CONTRATANTE designará, dentre os integrantes da Unidade, um Fiscal para executar a fiscalização do Contrato, o qual será responsável pelo registro de todas as ocorrências e deficiências verificadas, cuja notificação será encaminhada à CONTRATADA, objetivando o imediato saneamento das irregularidades apontadas.

9.11 - A CONTRATANTE providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia em atendimento ao parágrafo único, do art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

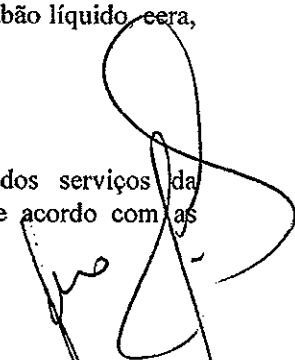
9.12 - Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades constatadas durante a prestação dos Serviços.

9.13 - Certificar a boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu desempenho.

9.14 – O CONTRATANTE deverá fornecer materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, a exemplo de enceradeiras, aspiradores, vassouras, pás, detergentes, sabão líquido, cera, desinfetantes e outros utilizados na limpeza diária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 – Reserva-se a CONTRATANTE o direito de fiscalizar a execução dos serviços da CONTRATADA, com amplos poderes para sustá-los, desde que não estejam de acordo com as condições determinadas.

A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the bottom right corner of the page, overlapping the text of clause 10.1.

10.2 – Todos os serviços constantes neste instrumento serão fiscalizados pelo responsável pela Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG deste Órgão, doravante denominado FISCALIZAÇÃO, com autoridade para exercer em nome da CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, cabendo tal atribuição em sua ausência ao substituto imediato.

10.3 – A FISCALIZAÇÃO deverá velar pela observância do Decreto Estadual nº. 20.866, de 17 de dezembro de 2008, exigindo da CONTRATADA, mensalmente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, a comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias, previdenciárias e das demais normas relacionadas à execução do contrato, destacando-se os seguintes documentos:

- a) Comprovação de pagamento de salários e vale-alimentação (se exigido em Convenção, Dissídio ou Acordo Coletivo de trabalho), por meio de cópia da folha de pagamento, devidamente assinada pelos empregados ou dos contracheques assinados pelos funcionários ou ainda dos comprovantes de depósito na conta bancária destes;
- b) Cópia da guia de recolhimento das contribuições com o INSS e FGTS;
- c) Cópia da GFIP;
- d) Cópia dos termos de rescisão de contratos de trabalho vinculados à execução do contrato com os respectivos CAGED'S (nos meses em que houver movimento);
- e) Comprovação do pagamento de seguro de vida (se exigido em Convenção, Dissídio ou Acordo Coletivo de trabalho);
- f) Comprovação de pagamento dos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho e nas Convenções, Dissídios ou Acordos Coletivos de trabalho;
- g) Comprovação do cumprimento das obrigações decorrentes das normas de segurança e medicina do trabalho;
- h) Comprovação do cumprimento das normas e legislação especializadas de proteção ao meio ambiente;
- i) Demonstrativo de férias e licenças concedidas, indicando o nome dos funcionários que substituíram, se houve ou não a ocupação, referente ao mês anterior à prestação dos serviços.

10.4 – Os documentos mencionados no item supracitado são relativos ao mês anterior ao da prestação do serviço constante da Nota Fiscal/Fatura, exceto no último mês do contrato, quando o mês de referência deverá ser o da prestação dos serviços.

10.5 – Após o recebimento dos documentos dispostos no **Item 10.3** e depois de verificada a sua conformidade com as legislações correspondentes, a FISCALIZAÇÃO deverá encaminhá-los à Unidade Instrumental de Finanças e Contabilidade para o pagamento da despesa.

10.6 – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

10.7 – Caso a CONTRATADA não preste os serviços nas condições estabelecidas, deverá o Chefe da Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG da CONTRATANTE comunicar de imediato ao Diretor Geral para as providências cabíveis.

10.8 – Poderá ser especialmente designado servidor lotado na Unidade Instrumental de Administração Geral - UIAG da CONTRATANTE para fins de desempenhar a função de fiscal do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

11.1 - O pagamento correspondente ao serviço prestado será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal – contendo todas as especificações do objeto do serviço – no prazo máximo de 30 (trinta) dias da data em que for apresentada a Nota Fiscal, devidamente conferida e atestada pela Unidade competente da **CONTRATANTE**, comprovando a execução do objeto.

11.2 - A Nota Fiscal deverá ser encaminhada à **CONTRATANTE** mensalmente, até o 5º. (quinto) dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, com todas as despesas relacionadas aos serviços prestados no mês anterior a que a Nota Fiscal se refere.

11.3 - Os valores correspondentes a multas e compensações financeiras devidas pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** poderão ser deduzidos do montante a pagar, nos termos a serem estabelecidos no Edital de Licitação.

11.4 - É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal, a apresentação, no momento da liquidação da despesa, de prova de regularidade da **CONTRATADA**, mediante expedição dos seguintes documentos:

- a) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos TRIBUTOS FEDERAIS e à DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO;
- c) Certidão Negativa de DÉBITOS TRABALHISTAS (ou Positiva com Efeito de Negativa) perante a Justiça do Trabalho;
- d) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos relativos aos TRIBUTOS ESTADUAIS e à DÍVIDA ATIVA DO ESTADO;
- e) Certidão Negativa de TRIBUTOS DO MUNICÍPIO

11.5 - É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal, a certificação pelo gestor ou fiscal do contrato de que os serviços foram prestados nos termos pactuados.

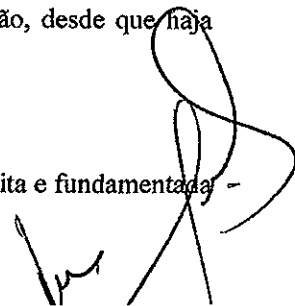
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:

12.1 - A rescisão do contrato terá lugar de pleno direito, a critério da **CONTRATANTE**, independente de interposição judicial ou extrajudicial, em conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93.

12.2 - A rescisão deste contrato pode ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**; e
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

12.3 - A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

13.1 - Será aplicada multa de 2% (DOIS POR CENTO) sobre o valor do contrato em caso de descumprimento das exigências indicadas no pela Fiscalização do Contrato, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

13.2 - Será aplicada multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do contrato, caso haja a condenação judicial do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA a adimplir as obrigações previdenciárias ou trabalhistas do contratado, sem prejuízo às demais sanções administrativas cabíveis.

13.3 - Caso haja faltas ao serviço e/ou afastamentos legais sem que a CONTRATADA tenha realizado a substituição de seus funcionários ausentes, a Contratante aplicará a penalidade de multa de 1/30 (um trinta avos) por dia de ausência e por funcionário ausente sobre o valor total mensal do funcionário constante na planilha de custo e formação de preço.

13.4 - A multa a que se refere esta cláusula será descontada do pagamento eventualmente devido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

13.5 - Pela inexecução total ou parcial do contrato, o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com Administração Pública, por prazo não superior a **02 (DOIS) ANOS**;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultada a defesa do interessado no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

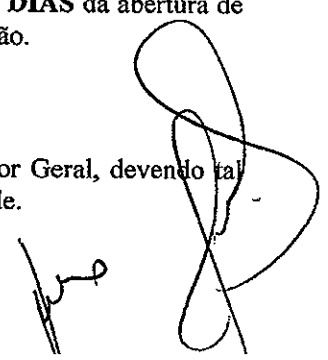
13.5.1 - A aplicação da sanção prevista na alínea "a" não prejudica a incidência cumulativa das penalidades das alíneas "b" e "c", principalmente, sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na execução do objeto licitado, expressamente previstas, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

13.6 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do **Item 13.5**, poderão ser aplicadas conjuntamente com alínea "b", facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**.

13.7 - A sanção estabelecida na alínea "d" do **Item 13.5** é de competência exclusiva do Diretor Geral, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de **10 (DEZ) DIAS** da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após **02 (DOIS) ANOS** de sua aplicação.

13.8 - As sanções de advertência e multa poderão ser aplicadas pelo Gestor.

13.9 - Da decisão de aplicação de sanção pelo Gestor caberá recurso ao Diretor Geral, devendo tal faculdade ser expressamente consignada na notificação de aplicação da penalidade.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO:

14.1 - Os preços contratados poderão ser repactuados, mediante negociação entre as partes, observado o interregno mínimo de **01 (UM) ANO**, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, cabendo à CONTRATADA apresentar, junto à solicitação, a devida justificativa e demonstração analítica da variação dos componentes de custo do contrato, de acordo com planilha de custos e formação de preços, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, com a comprovação de registro na Delegacia Regional do Trabalho, entre outros, visando à análise e aprovação pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

14.2 - Para os fins previstos no item anterior, considera-se como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do início da vigência do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta.

14.3 - Ocorrendo a primeira repactuação, as subsequentes só poderão ocorrer obedecendo ao prazo mínimo de um ano, a contar do início dos efeitos da última repactuação.

14.4 - Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo do contrato que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.

14.5 - Não é admitida a inclusão, por ocasião da repactuação, de qualquer item de custo não previsto nos componentes apresentados originariamente, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

14.6 - A proposta de repactuação dependerá de iniciativa da CONTRATADA que deverá ser apresentá-la ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEMA no máximo de **30 (TRINTA) DIAS**, a contar da ocorrência do fato gerador da variação dos componentes de custos do contrato. Caso a empresa não observe esse prazo, os efeitos financeiros da repactuação serão retroativos apenas à data do requerimento, e não à data da ocorrência do fato gerador da variação dos custos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

15.1 – Fica estabelecido o regime de execução indireta, sob o regime de empreitada global, nos termos do art. 10, II, “a” da Lei nº. 8.666/93.

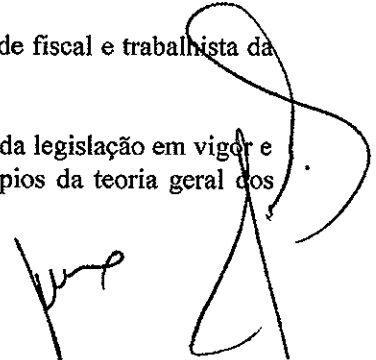
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL:

16.1 - Este contrato fica vinculado ao Edital de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO SRP UFPB/CPL-PUNº. 001/2016**, cuja realização decorre de autorização do Diretor Geral, constante no **PROCESSO Nº. 313877/2016-2 - IDEMA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1 – A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

17.2 – Os casos omissos neste instrumento de contrato serão resolvidos à luz da legislação em vigor e pelos preceitos do direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições gerais do direito.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE:

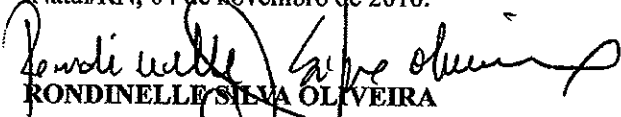
18.1 – A CONTRATANTE providenciará, a sua conta, a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, de acordo com o disposto no parágrafo único, art. 61, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO:

19.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Natal/RN para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato com exclusão de qualquer outro.

E para firmeza e validade, e como prova de assim haverem entre si, ajustado e contratado, é expedido o presente contrato em 03 (três) vias, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e pelas testemunhas abaixo identificadas, dele sendo extraídas as cópias necessárias a sua aprovação e execução.

Natal/RN, 04 de novembro de 2016.


RONDINELLE SILVA OLIVEIRA

Diretor Geral
CLARENÇA COM. SERV. MÃO CERRADA EIRELI

Jonas Alves da Silva

Sócio Diretor

CPF: 938.755.334-58

JONAS ALVES DA SILVA

Sócio Diretor

TESTEMUNHAS:

Nome: Priscila Mabel Araújo Bráz

Assinatura: 

CPF: 055.566.584-47

Nome: Josmir do Nascimento Ribeiro


Assinatura: 

CPF: 199.076.214-04



Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDEC
Instituto de Pesos e Medidas do Estado do RN
Órgão Delegado do INMETRO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CRA/RN	
ATESTADO REGISTRADO	
Em,	17/11/14
PCA Nº	143/14
Natal,	17/11/14
	
Assinatura	

O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RN, inscrito no CNPJ sob o nº **40.997.256/0001-30**, sediada na Rua Olinto Meira, 1036 – Barro Vermelho – Natal/RN, atesta para os devidos fins que se fizerem necessários que a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **02.567.270/0001-04**, situada a Av. Prudente de Moraes, 5220 – Lagoa Nova, Natal/RN, vem prestando os **Serviços terceirizados especializados de apoio administrativo**, de **13 de Outubro de 2011 até a presente data**, com um efetivo Total de **40(quarenta) empregados, nas funções de ASG, Apoio Nível I, Apoio Nível II, Assistente Nível I e Assistente Nível II, referente ao Pregão Eletrônico 001/2011 – Processo 112/2011 IPEN/RN.**

Desta forma, atestamos à capacidade e idoneidade técnica da referida empresa, não constando em nosso banco de dados, até o presente momento nada que a desabone.

Natal, 31 de outubro de 2014.


José Manoel Teles Júnior
CRA/RN - 1618
Responsável Técnico


Leonardo Moreira Lisboa
Coordenador Administrativo e Financeiro IPEN/RN



IPEN-RN
Endereço: R. Olinto Meira, 1036 CEP: 59.180-030
Telefones: (084) 3272-9256

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM
O INSTITUTO DE PESOS DO RIO
GRANDE DO NORTE, E A EMPRESA
CLAREAR COM. E SERVIÇOS MÃO DE
OBRA LTDA-ME.**

Pelo presente instrumento, O INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO RIO GRANDE DO NORTE – IPEM/RN, Autarquia Estadual, órgão delegado do INMETRO no Rio Grande do Norte, com sede à Rua Olinto Meira, 1036, Bairro Vermelho, Natal/RN, inscrita no CNPJ sob o nº 40.997.256/0001-30, neste ato representada pelo seu titular, Carlson Geraldo Correia Gomes, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e a empresa Clarear Com. e Serviços mão de Obra LTDA-ME, empresa privada inscrita no CNPJ sob o nº 02.567.270/0001-04, com sede na Av. Dos Xavantes, 1785, Loja 04, CEP 59.067-600, aqui denominada apenas **CONTRATADA**, representada pelo seu sócio-administrador, Jonas Alves da Silva, consoante as disposições da Lei nº 8.666/93 em sua atual redação, celebram o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de apoio administrativo, em conformidade com especificações constante no **termo de referencia** em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO

O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, mediante Termo Aditivo, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, , nos termos do inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, devendo ser publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

ATIVIDADE: 24320

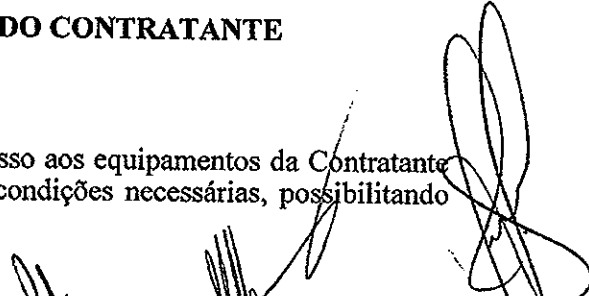
ELEMENTO DE DESPESA: 339039-99

FONTE: 281000048

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

4.1 – garantir à Contratada o completo e livre acesso aos equipamentos da Contratante fornecendo as informações, os documentos e as condições necessárias, possibilitando



serviços técnicos da Contratada a perfeita e correta execução dos serviços objeto deste contrato;

4.2 – não utilizar os técnicos da Contratada em outras atividades, que não as especificadas na cláusula primeira deste instrumento contratual e nos anexos que o integram;

4.3 – manter sob controle a identificação dos técnicos da Contratada, para efeito de acesso nas dependências do prédio-sede do Contratante;

4.4 – acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços objeto deste contrato, bem como a condição profissional dos técnicos da Contratada quanto ao cumprimento das normas disciplinares e de segurança no âmbito do prédio-sede do Contratante.

4.5 – todas as demais obrigações previstas no edital e termo de referência.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, além de outras previstas no termo de referência neste instrumento contratual:

5.1 – responsabilizar-se e arcar com o ônus de efetuar os registros e respectivos recolhimentos dos encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, de qualquer natureza, exigível pela legislação em vigor, relativos à mão-de-obra utilizada na execução dos serviços objeto do contrato, bem como aqueles decorrentes da responsabilidade civil em geral, obedecendo rigorosamente aos prazos fixados em lei;

5.2 – a incidência de pena de natureza pecuniária (multas, juros e correção monetária), imposta por inobservância de qualquer obrigação contratual será suportada pela parte que comprovadamente, lhe der causa;

5.3 – observar a legislação vigente sobre a Segurança e a Medicina do Trabalho, obedecendo as instruções específicas que nesse sentido venham a ser feitas pelo Contratante;

5.4 – fornecer os dados dos técnicos destinados à execução dos serviços objeto deste contrato para controle de sua permanência nas dependências do prédio-sede do Contratante, que deve usar o respectivo crachá de identificação, podendo o Contratante exigir a imediata substituição de qualquer um desses técnicos, cuja atuação julgue inadequada;

5.5 – manter o número de profissionais necessários à execução dos serviços objeto deste contrato independentemente de férias ou impedimentos de qualquer natureza, sem outros ônus para Contratante além daqueles estabelecidos neste instrumento.

5.6 – todas as demais obrigações previstas no edital e termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total deste contrato é de R\$ 1.176.996,00 (um milhão milhão cento e setenta e seis mil novecentos e noventa e seis reais) estando incluídos neste montante todos os custos diretos, indiretos, impostos, taxas e quaisquer outras despesas decorrentes de sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a apresentação das respectivas faturas e depois atestada por representante do setor pessoal pelo Contratante, a conformidade da

execução do serviço com as obrigações estipuladas nas cláusulas constantes deste termo contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Além da aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.666/93, conforme for o caso, fica estabelecido o seguinte:

- 8.1 – o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA á multa de mora, cujo valor será calculado com base na aplicação de 1% (um por cento), por dia de atraso, levando em consideração o prazo máximo estabelecido neste contrato;
- 8.2 – o percentual a que se refere o item anterior incidirá sobre o valor do contrato e correspondentes valores das multas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pelo Contratante à Contratada ou, quando for caso, cobrado judicialmente;
- 8.3 – pelo não-cumprimento total ou parcial deste contrato o Contratante aplicará à Contratada multa cujo valor será de 10 (dez por cento) do valor deste contrato.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

Este contrato poderá ser rescindido nos casos previstos no edital e anexos, sem prejuízo dos elencados pela Lei nº 8.666/93.


CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato, renunciando as partes a quaisquer outro, por mais privilegiados que sejam.

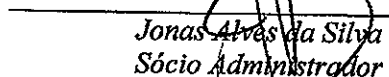
E, por estarem, as partes, justas, combinadas e acordadas, assinam o presente instrumento contratual em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo firmadas.

Natal/RN, 13 de Outubro de 2011.

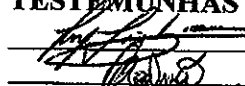
CONTRATANTE:

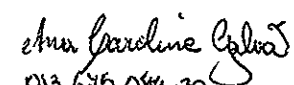

Calyson Geraldo Correia Gomes
Diretor Geral IPEM/RN

CONTRATADA:


Jonas Alves da Silva
Sócio Administrador

TESTEMUNHAS


Nome: *Renato M. Silva*
CPF : 081.889.534-28


Nome: *Anna Caroline Silva*
CPF : 03.645.044-30



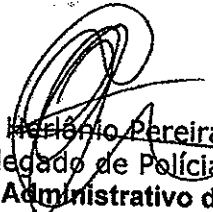
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
POLÍCIA CIVIL
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

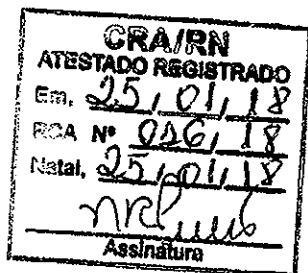
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

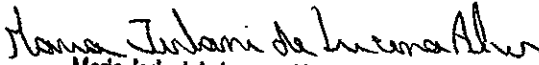
A **POLÍCIA CIVIL DO RN**, inscrito no CNPJ nº 04.238.444/0001-10, sediado na A. Interventor Mário Câmara, nº 2550, Cidade Esperança, nesta cidade de Natal/RN, atesta para os devidos fins que se fizeram necessários que a empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.567.270/0001-04, situada a Rua São José, 1602, Sala 101, Lagoa Nova, Natal/RN, vem prestando os Serviços de locação de mão de obra especializada em Limpeza, conforme cláusulas pactuadas no contrato nº 45/2011, que teve início em 01/09/2011 até a presente data.

Ressaltamos que a referida prestação de serviços é referente a ASG (Auxiliar de Serviços Gerais), na quantidade 37 (Trinta e sete) e atestamos que tais atividades são realizadas satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Natal (RN), 05 de Outubro de 2017


Mariônio Pereira Cruz
Delegado de Polícia Civil-RN
Diretor Administrativo da Polícia Civil




Maria Jeriani de Lucena Alves
Responsável Técnico
CRA/RN 05947



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED/PO
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

CONTRATO Nº 45/2011 - DEGEPO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO NAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS E POLICIAIS (NATAL E GRANDE NATAL), QUE CELEBRAM O ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ATRAVÉS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, REPRESENTADA PELA DELEGACIA GERAL DA POLÍCIA CIVIL/DEGEPO E A EMPRESA CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA.

A POLÍCIA CIVIL DO RIO GRANDE DO NORTE, através da Delegacia Geral de Polícia Civil/DEGEPO, Órgão da Administração Direta, com sede na Av. Interventor Mário Câmara, 2550 - Cidade da Esperança - Natal/RN - inscrita no CNPJ nº 04.238.444/0001-10, neste ato representada por seu Delegado Geral Bel. **FABIO ROGERIO SILVA**, brasileiro, casado, CPF nº 633.026.244-68, ident. nº 3503182, residente e domiciliado nesta Capital, de agora em diante denominada CONTRATANTE, e a Empresa **CLAREAR COMÉRCIO E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA LTDA**, com sede a Av. do Xavantes, 1765, Loja 04 - Bumbú, CEP: 59067-600, CNPJ nº 02567270/0001-04, representada por **JONAS ALVES DA SILVA**, brasileiro, CPF nº 938.755.334-53, Carteira de ident. 1380207 SSP/RN, residente e domiciliado no endereço comercial citado acima, aqui denominada apenas CONTRATADA, consoante as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, celebram o presente contrato mediante as cláusulas e condições abaixo pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de limpeza, asseio e conservação de todas as dependências e prédios das Unidades Administrativas e Policiais da Polícia Civil (Natal e Grande Natal), conforme discriminados no termo de referência.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A contratação objeto deste instrumento é celebrada com base no resultado da adjudicação e homologação do certame licitatório na modalidade pregão presencial nº 005/2011, processo nº 77001/2011-1.

Parágrafo Único: Na data da celebração deste contrato a CONTRATADA se obriga a cumprir o disposto nos artigos 28, 30 e 31 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devendo apresentar à CONTRATANTE toda a documentação exigida nos referidos dispositivos, bem como os contratos,


FABIO ROGERIO SILVA
DELEGADO-GERAL - PC/RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESEB
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPOL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

aditivos e extratos onde constem as modificações sociais e alterações da empresa e as que vierem a ocorrer no curso da contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - DO PREÇO

3.1 - Para o cumprimento dos serviços objeto deste contrato fica definido o valor mensal de R\$ 44.885,00 (Quarenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), perfazendo um valor global estimativo de R\$ 538.620,00 (quinhentos e trinta e oito mil, seiscentos e vinte reais), sendo R\$ 89.770,00 (oitenta e nove mil, setecentos e setenta reais) para o exercício de 2011 e R\$ 448.850,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais) para o exercício de 2012, decorrentes de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Geral do Estado.

CLÁUSULA QUARTA

4 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O faturamento ocorrerá no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da realização dos serviços, devendo a CONTRATADA apresentar com o faturamento a documentação de regularidade fiscal da empresa (regularidade perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, certidão negativa da dívida ativa da União, Estado e Município) e a comprovação de regularidade dos encargos previdenciários e trabalhistas (cópias dos contracheques, comprovante de entrega de vales-transporte, GFIP, GPS, CND do INSS e CRR expedida pela Caixa Econômica Federal), bem como a declaração de cumprimento das disposições do inciso XXXIII, ao art. 7º da Constituição Federal e certidões de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

Parágrafo Único: O pagamento será realizado em moeda nacional corrente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente da apresentação da fatura da efetiva prestação dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA

5 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

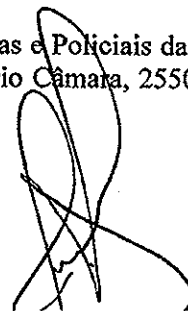
5.1 - O prazo de duração do contrato é de 12 meses, com início em 01 de novembro de 2011 e término em 31 de outubro de 2012, e eficácia com a publicação de seu extrato no DOE, podendo ser prorrogado por interesse da Administração.

CLÁUSULA SEXTA

6 - DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6.1 - Os serviços serão executados nos prédios das Unidades Administrativas e Policiais da Delegacia Geral da Polícia Civil - DEGEPOL, com endereço na Av. Interventor Mário Câmara, 2550 - Cidade da Esperança - Natal/RN.


Fábio Rogério Silva
DELEGADO-GERAL - PC/RN





CLÁUSULA SÉTIMA

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - Para as despesas decorrentes da execução deste contrato, fica determinada a seguinte dotação orçamentária, exercício de 2011, recursos orçamentários da CONTRATANTE, assim classificados:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 21.102.06.122.0100-29970 – Manutenção e Funcionamento

ELEMENTO DE DESPESAS.....: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

FONTE.....: 100 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA OITAVA

8 - DAS OBRIGAÇÕES

8.1 - São obrigações e responsabilidades das partes, além das previstas no presente contrato, na Lei Federal nº 8.666/93 e demais dispositivos correlatos, os seguintes:

8.1.1 - DA CONTRATADA

- A apresentação mensal de comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias, incluindo-se o pagamento dos direitos previstos na Consolidação das Leis do trabalho e nas Convenções, Dissídios ou Acordos Coletivos de trabalho, obrigações decorrentes das normas de segurança e medicina do trabalho, bem como das normas e legislação especializadas de proteção ao meio ambiente, comprovação de pagamento de salários, vale alimentação, vale transporte, FGTS e seguro de vida e os demais encargos de natureza trabalhista;
- Manter durante a execução do contrato a regularidade fiscal exigida nos artigos. 28, 30 e 31 da Lei de Licitações, consoante disposto na cláusula quarta, conforme estabelecer o inciso XIII do Artigo 55 da Lei 8.666/93.
- Comunicar à Diretoria Administrativa – DEGEPO – qualquer empecilho ou fato que possa influir negativamente no desempenho dos trabalhos, procurando promover as diligências necessárias à sua perfeita execução;
- Prover todas as condições necessárias à execução do serviço contratado, observando que as suas atividades não prejudiquem o desempenho dos serviços do Órgão;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a equipamentos, objetos ou pessoas, conseqüentes da ação do seu pessoal, bem como, pelos demais encargos decorrentes deste contrato;
- Atender, em 24 (vinte e quatro) horas, ao chamamento da Diretoria Administrativa – DEGEPO para quaisquer providências inerentes ao serviço, adotando as providências indispensáveis para a solução do problema que ocasionou o chamamento;
- Garantir a qualidade e execução dos serviços e o cumprimento das normas de segurança previstas na legislação pertinente;

Rogério Silva
DELEGACIA GERAL - PC/RN



- h) Manter no quadro de sua empresa 30 (trinta) empregados para execução dos serviços e os empregados necessários para promover as substituições que forem solicitadas pela Diretoria Administrativa - DEGEPO;
- i) Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária em vigor, ficando certo que não existe qualquer vínculo da Diretoria Administrativa - DEGEPO e os empregados ou prepostos da CONTRATADA, designados para executar os serviços objeto deste contrato;
- j) Responsabilizar-se por todas as despesas correlatas aos serviços como: uniforme, vale-transporte, encargos sociais, tributários, administrativos, previdenciários e fiscais, fiscalização do pessoal e tudo que se fizer necessário a perfeita execução dos serviços;
- k) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas no momento da contratação, conforme o preconizado no artigo 55, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações, e;
- l) Constituir seguro em garantia da prestação de serviços equivalente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 56 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.1.2 - DA CONTRATANTE

- a) A contratante nos serviços de limpeza e conservação fica obrigada a fornecer matérias e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, a exemplo de enceradeiras, aspiradores, vassouras, pás, detergentes, sabão líquido, cera, desinfetantes e outros utilizados na limpeza diária;
- b) Efetuar o pagamento dos serviços contratados no prazo estabelecido na Cláusula Quarta deste instrumento;
- c) Acompanhar e inspecionar os serviços objeto da contratação, com amplos poderes para recusá-los ou sustá-los, desde que não estejam de acordo com o contrato e as normas legais e regulamentares, através da Diretoria Administrativa da DEGEPO ou a quem seu titular delegar a competência.

Parágrafo Único: Sempre que for necessário a critério da administração, poderá ser exigida a substituição de qualquer funcionário da CONTRATADA que por ventura não esteja atendendo às necessidades do serviço.

CLÁUSULA NONA

9 - DA GARANTIA

9.1 - A CONTRATADA se obriga a constituir garantia sob a forma de Carta de Fiança Bancária, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, que será reajustada nas mesmas condições previstas na legislação em vigor, e que passará a integrar este instrumento, independentemente de transcrição, nela devendo constar a vinculação a este contrato, com a transcrição de seus dados.

Parágrafo Único: A apólice do seguro será apresentada à CONTRATADA até a data da assinatura do contrato de prestação de serviços, objeto deste contrato.


Rogério Silva
DELEGADO-GERAL - PC/RN



CLÁUSULA DÉCIMA

10 - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1 - As alterações contratuais serão realizadas nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, através de Termo Aditivo numerado cronologicamente, devidamente publicado por extrato no DOE, ou por Termo de Apostilamento, quando cabível.

Parágrafo Único: Todas as alterações, informações e ocorrências constarão expressamente em anotações cronologicamente identificadas em apostilas numeradas sequencialmente que integrarão este contrato e serão a ele vinculadas através de sua indicação expressa com a identificação do processo originário, as partes, número do contrato, tipo de contrato e a data de sua celebração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - Constituem motivos para rescisão unilateral do contrato, além das previstas na Lei Federal 8.666/93:

- a - Não cumprimento de cláusulas e condições contratuais, especificações e prazos;
- b - Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- c - Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.


Parágrafo Primeiro: a rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência da Administração.

Parágrafo Segundo: a rescisão do contrato também poderá ser judicial nos termos da legislação.

Parágrafo Terceiro: a rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Parágrafo Quarto: quando a rescisão ocorrer com base nos itens "b" e "c" desta Cláusula, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo, ainda direito a:

- Devolução da garantia;


PAULO ROBERTO SILVA
DELEGADO-GERAL - PC/RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

DEGEPO

SESED

DEGEPO

CPL

- Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

Parágrafo Quinto: O contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, independente de interpelação ou notificação judicial, ou extrajudicial sem que à CONTRATADA caiba o direito de qualquer indenização, na conformidade do preconizado na Lei 8.666/93 nos casos previstos nos artigos 77 e 78, da referida Lei quando:

- A CONTRATADA atrasar injustificadamente o início dos serviços, além de 10 dias úteis após a assinatura do contrato;
- A CONTRATADA se tornar inadimplente no cumprimento de qualquer das obrigações contratuais;
- A CONTRATADA tiver falência, insolvência, dissolução judicial ou extrajudicial, impetradas, homologadas ou decretadas;
- A empresa incorrer em superveniente incapacidade técnica devidamente comprovada;
- Ocorrerem razões de interesse do Serviço Público, hipótese em que será a CONTRATADA ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda o direito de pagamento devido das prestações dos serviços até a data da rescisão.

Parágrafo Sexto: Quando qualquer das partes denunciar a rescisão do contrato, observa-se que a comunicação deverá ser feita por escrito e com prazo de 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Sétimo: Declarada a rescisão contratual, terá a CONTRATADA direito ao pagamento devido à prestação dos serviços até a data da rescisão.

Parágrafo Oitavo: Caso a CONTRATANTE não use o direito de rescindir ou cancelar o contrato, poderá, a seu critério exclusivo, aplicar as multas previstas no contrato e deduzir dos critérios da CONTRATADA, até que a mesma cumpra ou regularize a cláusula contratual infringida. Na hipótese de a CONTRATADA não mais dispor de qualquer crédito, tomar-se-á medidas judiciais cabíveis.

Parágrafo Nono: No caso de rescisão do contrato por culpa da CONTRATADA, esta será responsável por perdas e danos causados à CONTRATANTE, sujeitando-se, ainda, às penalidades que dispõem os itens da Cláusula Décima Terceira do Edital.

Parágrafo Décimo: O contrato será considerado nulo se comprovada a incapacidade da CONTRATADA no cumprimento das obrigações estipuladas.

Edna Régio Silva
DELEGACIA GERAL - PC/RN



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

12.1 - Constituem infrações contratuais, sem dispensa das previstas na Lei Federal nº 8.666/93:

a - O atraso injustificado no início ou na execução do contrato sujeitando a CONTRATADA à multa mensal de 2% (dois por cento), sobre o valor do Contrato, que poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

b - O desatendimento da obrigação de manter a regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista constante da Cláusula Quarta deste contrato, sujeita a CONTRATADA a multa mensal 1% (um por cento) sobre o valor do Contrato, que poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente, sem prejuízo de rescisão do contrato, quando a infração perdurar por mais de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro: As penalidades decorrentes de infrações contratuais somente serão aplicadas após a instauração de procedimento sumário para a sua apuração, facultando à CONTRATADA o exercício do direito de defesa de acordo com o previsto no art. 5º da Constituição Federal.

Parágrafo Segundo: Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas e condições desta avença, a Delegacia Geral da Polícia Civil - DEGEPOC poderá aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

d - Advertência;

e - Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;

f - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado do Rio Grande do Norte, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

g - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, facultado o direito de recurso no prazo de 10 (dez) dias consecutivos da notificação.

Parágrafo Terceiro: As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" deste item, poderão ser aplicadas conjuntamente com a da alínea "b", facultado o direito de recurso do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Quarto: A aplicação das penalidades previstas no Parágrafo Segundo é de competência exclusiva do Controlador Geral do Estado, facultado a CONTRATADA o direito de defesa previsto no Parágrafo Primeiro, contado a partir da intimação do ato.

PAULO ROBERTO SILVA
DELEGADO-GERAL - PC/RN



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - SESED
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL - DEGEPO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - GPLC

Nº REC. 1030

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Este contrato constitui o único documento que regula os direitos e obrigações das partes com relação aos serviços pactuados, ficando expressamente cancelado e revogado todo e qualquer ajuste porventura existente, que não esteja implicitamente consignado neste instrumento e nos anexos constantes do contrato, parte integrante deste contrato, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da comarca de Natal, como o único competente para dirimir quaisquer divergências oriundas deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim terem ajustado, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas no contrato, firmado em 03 (três) vias de igual teor e forma, assinadas pelas partes e testemunhas abaixo.



Jonas Alves da Silva
CLAREAR COMERCIO E SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA

Testemunhas:

NOME: _____
CPF.: _____

NOME: _____
CPF.: _____